

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lorena Marina dos Santos Miguel

Primavera Árabe: o discurso orientalista no jornalismo brasileiro

Rio de Janeiro

2015

Lorena Marina dos Santos Miguel

Primavera Árabe: o discurso orientalista no jornalismo brasileiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao programa de pós-graduação em ciência política e relações internacionais, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração curricular: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Feres Júnior

Rio de Janeiro

2015

Lorena Marina dos Santos Miguel

Primavera Árabe: o discurso orientalista no jornalismo brasileiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao programa de pós-graduação em ciência política e relações internacionais, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração curricular: Ciência Política.

Aprovada em 15 de junho de 2015.

Banca examinadora

Prof. Dr. João Feres Júnior

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos

Prof. Dr. Bruno Sciberras de Carvalho

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À Sandra Miguel

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Sandra que me apoiou incondicionalmente, seja financeiramente ou em amor. A minha família pelo amor e carinho.

Aos amigos Fabiana Simões e Eduardo Barbabela pela amizade e paciência, que eu possa um dia recompensar, embora seja impossível na mesma medida.

Agradeço igualmente aos amigos e funcionários do IESP que ofereceram o melhor espaço para o aprendizado e crescimento. Ao meu orientador João Feres pela dedicação e aprendizado constante. E agradecimento especial ao professor Luiz Augusto pela ocupação ocasional de terapeuta.

À FAPERJ, pelo apoio institucional recebido via bolsas, ao longo do mestrado.

"Eles podem esmagar as flores, mas eles não podem impedir a Primavera".

Alexander Dubček

RESUMO

A Primavera Árabe correspondeu ao período de protestos pró-democracia em diversos países árabes em 2011. As manifestações que resultaram na saída de líderes de governo e em guerras civis foram amplamente acompanhadas internacionalmente, inclusive pela mídia brasileira. O nosso interesse foi compreender como o trabalho midiático foi realizado a partir das concepções de Orientalismo de Bernard Lewis e Edward Said. A análise de todo material publicado sobre o tema nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo nos possibilitou concluir que a cobertura jornalística apresenta características do orientalismo tal qual o define Said: os meios de comunicação estudados se utilizaram constantemente de estereótipos e generalizações para a representação dos acontecimentos. O diferencial desta cobertura, em comparação com ocasiões anteriores, foi utilização de enquadramentos distintos, focando em quadros mais sutis, como, por exemplo, islamismo antidemocrático do que islamismo terrorista.

Palavras-chave: Primavera Árabe; Orientalismo; mídia.

ABSTRACT

The Arab Spring correspond to a period of pro-democracy protests in several Arab countries in 2011. The demonstrations that resulted in the output of government leaders and civil wars were widely followed internationally, including by the Brazilian media. Our interest was to understand how the media's work was perceived by the Orientalism concept in the understatement of Bernard Lewis and Edward Said. The analysis of all material published on the subject in the newspaper *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* enabled us to conclude that the media coverage has Orientalism characteristics as it defined by Said: the media constantly used stereotypes and generalizations for the representation of events. The difference of this coverage, compared to previous occasions, was using different frameworks, focusing on more subtle ones, such as anti-democratic Islam instead of terrorist Islam.

Keywords: Arab Spring; Orientalism; media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01 – Formato de textos	60
Gráfico 01 - N° de notícias por mês	61
Linha do tempo 01 – Linha temporal de fevereiro e março	62
Tabela 02 – Temas	64
Tabela 03 – Relação de jornais e temas	65
Gráfico 02 – Relação de tempo e tema	66
Tabela 04 – Países citados	67
Tabela 05 – Relação de países e temas	68
Tabela 06 – Países não-participantes citados	71
Tabela 07 – Relação de países participantes e não-participantes	72

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Orientalismo por Bernard Lewis e Edward Said	
2.1 Apresentação	17
2.2 O Orientalismo por Bernard Lewis	17
2.3 O Orientalismo por Edward Said	27
2.4 Comparação entre os dois autores	35
2.5 Considerações preliminares	40
3. Orientalismo na mídia	
3.1 Apresentação	42
3.2 Said e o Orientalismo na mídia	42
3.3 Análise dos estudos sobre a mídia internacional	46
3.4 Análise dos estudos sobre a mídia nacional	51
3.5 Considerações preliminares	58
4. Os resultados quantitativos nos jornais	
4.1 Apresentação	59
4.2 Jornais e Temporalidade	59
4.3 Temas	62
4.4 Países participantes	66
4.5 Países não-participantes	70
4.6 Considerações preliminares	73
5. Os principais enquadramentos da Primavera Árabe	
5.1 Introdução	75
5.2 As razões para as manifestações	76
5.3 Democracia	77
5.4 Islamismo	79
5.6 Respostas da Comunidade Internacional	83
5.8 Percepção dos árabes sobre si mesmos	87
5.8 Mulheres	88
5.9 Considerações preliminares	90
6. Considerações finais	91
7. Bibliografia	98

1 - Introdução

Nos últimos anos, manifestações populares de rua transformaram-se em eventos recorrentes em todo o mundo. Independentemente de região ou situação socioeconômica, milhares de pessoas utilizaram as ruas para expressar sua insatisfação com a situação social, política e econômica de seu país. Entre tantos protestos, os originados no Oriente Médio receberam atenção especial pelo seu valor histórico e político. As manifestações reuniram milhões de pessoas, muitas delas clamando por mudanças por mudanças nos regimes autocráticos na região democráticas dos regimes autocráticos na região.

O movimento, denominado pelo Ocidente de *Primavera Árabe*¹, iniciou-se em 18 de dezembro de 2010 na Tunísia. Houve relato de manifestações em 21 países, de durações e tamanhos distintos, porém seis países se destacaram. Foram eles Bahrein, Egito, Iêmen, Líbia, Síria e Tunísia. Em cada um, os eventos se desenvolveram de forma particular.

Na Tunísia, as manifestações foram desencadeadas pela autoimolação do vendedor de rua Mohamed Bouazizi. Após ter tido suas mercadorias confiscadas e sofrido assédio policial, o tunisiano procurou o governo na tentativa de conseguir autorização para continuar trabalhando nas ruas. Frustrado com a decisão denegatória do governo, Bouazizi colocou fogo em seu próprio corpo em frente à sede do governo e veio a falecer dias depois. O caso foi a “faísca” para o início da movimentação que causou a saída do presidente Bem Ali, que já governara por 23 anos, em 14 de janeiro de 2011. Os protestos subsequentes resultaram na formação de um novo gabinete, em 27 de março, cujos integrantes não tinham proximidade com Ali. A primeira eleição na região, após o início das manifestações, ocorreu em 23 de outubro.

Protestos se iniciaram em outros países com agendas semelhantes. No dia 23 de janeiro, no Iêmen, ocorreram as primeiras manifestações contra o presidente Ali Abdullah Saleh. Nesta ocasião, o governo prendeu 19 ativistas, ação que foi repetida em diferentes momentos. Em 03 de junho, depois de meses de protestos, o próprio

¹ Reconhecemos que o termo é problemático, pois é uma criação do jornalismo ocidental. Rami G. Khouri (2011) aponta dois motivos para apontar o equívoco no termo: (1) os cidadãos locais utilizam as palavras *revolução*, *intifada* e *despertar*, as quais seriam mais adequadas para definir a movimentação política na região; (2) a palavra *primavera* é associada ao fim de um período ruim, o inverno, mas também denota um período curto de transição sem mudanças em longo prazo, tal como a Primavera dos Povos, 1848, e a Primavera Tcheca, 1968. Escolhemos manter a denominação mesmo com a identificação dos problemas, porque a mesma é utilizada pelos jornais e foi essencial para a definição do banco de dados.

presidente foi vítima de um atentado que o levou a sair do país para tratar os ferimentos na Arábia Saudita. Seu retorno em 23 de setembro resultou em uma manifestação de um milhão de pessoas contrárias a sua volta ao poder. Os protestos aliados à pressão internacional levaram à saída permanente de Saleh em 23 de novembro.

No Egito, os protestos organizados, nomeados Dias de Fúria, se iniciaram em 25 de janeiro. Após 18 dias de manifestações, em 11 de fevereiro, o presidente Hosni Mubarak transferiu o poder ao Exército, após governar o país por 30 anos. Ao longo do ano, diferentes protestos contra a continuidade do Exército no poder ocorreram até a eleição de 28 de novembro. Na ocasião, a Irmandade Muçulmana, organização que havia permanecido na ilegalidade por décadas, recebeu a maioria dos votos.

Em Bahrein, os protestos tiveram início em 14 de fevereiro, tendo os primeiros confrontos com a polícia ocorrido no dia 17 que resultou na morte de três pessoas. Em 14 março, tropas da Arábia Saudita entraram no país a pedido da família real, liderada por Salman bin Hamad al-Khalifa, para conter as manifestações. A situação se normalizou e o Exército saudita pode retornar ao seu país.

No dia 15 de fevereiro, na Líbia, dois dias antes dos protestos convocados, um dos principais advogados de defesa dos direitos humanos do país foi preso, antecedendo a movimentação popular, que rapidamente resultou em repressão e assassinato. A oposição ao então presidente Muammar Gaddafi se armou e, no dia 20, conseguiu controle sobre Benghazi, segunda maior cidade do país. No dia 19 de março, a OTAN iniciou bombardeio às cidades dirigidas por forças pró-Gaddafi. Após meses de Guerra Civil, em 20 de outubro, Gaddafi foi capturado e morto na cidade de Sirte. Em poucos dias, o Conselho Nacional de Transição, iniciado em 27 de fevereiro, anunciou o fim da guerra.

Na Síria, os protestos se iniciaram no dia 15 de março. Publicamente, o presidente Bashar al-Assad prometeu reformas no gabinete e o fim do Estado de emergência, que vigorava por 48 anos. Enquanto isso, o Exército reprimiu os protestos. Suas medidas foram consideradas insuficientes, resultando em embargos econômicos da ONU e União Europeia. Durante meses, os protestos foram violentamente reprimidos, resultando na morte de centenas de pessoas. A escalada de violência resultou em Guerra Civil, iniciada em 14 de agosto e que dura até o momento presente.

Esses foram os seis principais países da denominada Primavera Árabe, se tomarmos como parâmetros longevidade, tamanho e resultados. Todavia, não foram os únicos países a passar por movimentações internas. Manifestações foram reportadas em outras 15 nações em que os resultados variaram entre o fim do Estado de emergência, como aconteceu na Argélia, até referendos constitucionais, como no Marrocos.

Esse relato breve não é suficiente para demonstrar a magnitude política e social de tais manifestações, porém exemplifica a sua importância histórica. Na realidade globalizada atual, os acontecimentos na região foram acompanhados em tempo real. Por meio de diferentes veículos, como redes sociais, jornais ou canais de televisão, grupos políticos e econômicos buscaram compreender e prever as consequências dos acontecimentos.

Entre tantas possibilidades, nos interessou compreender como os jornais brasileiros realizaram a cobertura dos eventos. Os estudiosos da mídia tradicional são, recorrentemente, pressionados a defender a atualidade e a relevância de seus objetos de pesquisa devido ao crescimento das redes sociais e da mídia alternativa. Mas embora o crescimento dos novos meios de informação tenha sido vertiginoso nas últimas décadas, a importância das grandes corporações de comunicação continua sendo inegável (Cinni, 2006, p. 02) tendo em vista que os jornais impressos e seus serviços de comunicação eletrônicos permanecem sendo a principal fonte de informação da maioria das pessoas, ainda que suas notícias sejam distribuídas por meio de redes sociais.

Devido a sua importância, algumas questões surgiram: Como o Levante Árabe foi retratado pelos jornais brasileiros²? Como essa cobertura se compara ao tratamento dado pelos árabes e muçulmanos até então? De qual forma os jornais retratam uma situação na qual a maioria dos leitores tem pouco conhecimento prévio do objeto da notícia? Seria o conceito de Orientalismo útil para avaliarmos a cobertura feita pelos jornais?

Esses questionamentos orientaram esta dissertação. Nosso objetivo principal é compreender as características básicas de toda produção e, mais especificamente, os padrões de pensamento reproduzidos sobre os países árabes. Para tal propusemos analisar o material a partir do conceito de Orientalismo, fazendo em seguida um estudo do material jornalístico por meio de análises quantitativas e qualitativas.

² Escolhemos três jornais brasileiros para esta pesquisa: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Estes periódicos são tradicionalmente escolhidos para estudos na área. Isso se deve por diferentes fatores, como sua tradição histórica, sua alta tiragem e o fato de serem os únicos de circulação nacional.. Consideramos que a análise dos três nos proveria capacidade de compreensão e comparação.

O conceito de Orientalismo nos oferece a oportunidade de elaborar questionamentos fundamentais sobre o posicionamento dos jornais brasileiros quanto a países que não têm fortes laços históricos ou culturais com o Brasil. O desconhecimento permite a proliferação de generalizações e estereótipos, baseados principalmente em representações provenientes de Estados Unidos e Europa, os atores políticos mais influentes na construção de imagens sobre o Oriente Médio utilizadas por outros países ocidentais.

Buscamos compreender o desenvolvimento do conceito através de uma revisão histórica. Iniciamos com a origem do termo, que costumava englobar todos os estudos sobre Ásia e Oriente Médio independentemente da temática. Um dos maiores representantes e defensores do sentido original do conceito foi o historiador Bernard Lewis. Pela importância e extensão de sua produção, escolhemos o autor como exemplo de tal perspectiva.

Como oposição, escolhemos Edward Said, o autor que iniciou a retomada do termo com uma nova compreensão. O livro *Orientalismo*, lançado em 1978, apresenta uma interpretação original do conceito:

“O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e na (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’. [...] É antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, histórico e filológico; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica [...] Na verdade, o meu argumento real é que o Orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o ‘nosso’ mundo.” (Said, 1990, p. 14-24)

Said apresenta três pontos basilares para sua discussão. Primeiro, o Oriente é uma criação social, já que não respeita limites geográficos, embora os utilize como apoio. Segundo, as ideias, culturas e histórias não podem ser compreendidas sem suas configurações de poder. Por fim, não é possível, segundo o autor, que se considere o Orientalismo como uma estrutura de mentiras e mitos que terminariam se a verdade

fosse revelada, afinal são, na realidade, teorias e práticas consolidadas em políticas socioeconômicas.

O trabalho de Said tornou-se fundamental para os estudos pós-coloniais, particularmente aqueles que lidam com a representação de países árabes e asiáticos. Devido ao nosso foco no estudo midiático, incluímos nesse trabalho uma revisão da produção acerca do tema mídia e Orientalismo. Os estudos variavam de objeto, metodologia e cronologia, porém os resultados, em geral, confirmaram o argumento de Said. As conclusões demonstram que programas de comunicação nos países ocidentais utilizam-se de estereótipos negativos no retrato dos países árabes e muçulmanos.

Nosso objetivo, portanto, é possibilitar a comparação com outros trabalhos por meio da melhor compreensão possível do nosso material. Sendo assim, escolhemos analisá-lo tanto quantitativamente quanto qualitativamente. No primeiro momento, buscamos apreender as características básicas das reportagens. Para isso, tratamos, principalmente, dos seguintes aspectos: (1) temporalidade; (2) temáticas; (3) países onde houve protestos; (4) países e organizações internacionais. Procuramos identificar, através da análise quantitativa, as características gerais da cobertura realizada pelos jornais brasileiros escolhidos.

Embora tais informações tenham nos auxiliado, ainda eram insuficientes para compreender o modo como a cobertura foi realizada. Por isso escolhemos como método complementar a análise qualitativa do material, utilizando o conceito de enquadramento. Escolhemos dois conjuntos específicos de textos: (1) as colunas dos principais articulistas e (2) as matérias sobre temas recorrentes sobre a região, como democracia, islamismo e mulheres. Retomamos o material, portanto, e identificamos os principais enquadramentos utilizados.

O conceito de enquadramento concentra-se na concepção de quadros que permitem a interpretação de notícias e que são escolhidos pelos jornalistas e compartilhados pela maioria das pessoas. Os enquadramentos podem ocorrer de distintas formas, como palavras-chave ou fontes de informação específicas. Ao perceber os enquadramentos como ferramentas utilizadas pelos jornalistas para formar a estrutura das notícias, este trabalho se envereda pelo caminho que aponta os enquadramentos como um mecanismo, e não um viés jornalístico. Os quadros propostos podem ser apresentados tanto conscientemente quanto inconscientemente. A análise ocorre, portanto, através da

percepção de elementos contínuos que auxiliam a formação da história. Isso não significa que ignoramos o fato da mídia possuir interesses próprios e destes influenciarem a escolha dos enquadramentos. Todavia nosso foco, nesta pesquisa, é a análise dos quadros como formadores de opinião, não as razões de sua utilização.

* * *

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, abordamos o conceito de orientalismo. O capítulo, visando à compreensão do debate histórico sobre o termo, aborda o pensamento dos dois maiores autores associados ao conceito, Bernard Lewis e Edward Said. A revisão de diferentes trabalhos e debates nos permite compreender a evolução da percepção sobre o conceito e como ele influenciou trabalhos específicos da área de mídia.

O segundo capítulo foi dedicado à revisão de estudos sobre a representação de muçulmanos e árabes em meios de comunicação. No primeiro momento, analisamos estudos sobre a representação desses grupos humanos independente da época ou do país analisado, mormente em países de fala inglesa. Em seguida, procuramos especificamente estudos realizados sobre a temática envolvendo a mídia brasileira. Os dois primeiros capítulos fornecem assim uma base teórica para melhor localizar e definir a análise da Primavera Árabe, que é nosso tema principal.

O terceiro capítulo foi destinado à apresentação dos resultados quantitativos da análise do *corpus* de textos jornalísticos sobre as manifestações da Primavera. O capítulo focou os seguintes dados: temporalidade das matérias, linha temporal dos principais eventos, temáticas, formato dos textos, países participantes e países não participantes. Tais informações ofereceram maior compreensão das características das manifestações e as temáticas de maior interesse midiático, o que nos auxiliou na formação dos tópicos a serem aprofundados no capítulo seguinte.

Por fim, no quarto capítulo, concentramo-nos em certos elementos específicos por meio da análise de enquadramento. O capítulo foi centrado em examinar as temáticas mais recorrentes na cobertura midiática sobre o Oriente Médio e refletir como as mesmas foram abordadas durante a Primavera Árabe. Os temas foram democracia, islamismo e mulheres. Além disso, retomamos as colunas dos articulistas mais publicados

objetivando a compreensão de outros tópicos recorrentes correlacionados a temática principal, a Primavera Árabe.

As reflexões elaboradas durante o desenvolvimento do trabalho teórico e analítico nos capítulos nos leva a conclusões importantes. A cobertura sobre o Levante Árabe pelos três jornais brasileiros pode ser qualificada como orientalista a partir das diretrizes de Said. O trabalho realizado pelos jornais apresenta enquadramentos que privilegiam a representação da região árabe como um Outro e utiliza estereótipos comuns sobre a região, como a violência e a impossibilidade de estabelecimento de regimes democráticos. Todavia, quando comparado a trabalhos anteriores sobre orientalismo na mídia, é perceptível que a cobertura dos eventos foi mais complexa e multidimensional. O objetivo futuro, portanto, é reconhecer se esse evento foi único ou se é o início de uma mudança na cobertura jornalística brasileira sobre árabes e muçulmanos.

2 – Orientalismo por Bernard Lewis e Edward Said

2.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar os pontos principais no debate sobre o significado de Orientalismo. Embora o termo seja atualmente associado aos trabalhos de Edward Said, ele anteriormente abrangia o trabalho de estudiosos de diferentes perspectivas sobre o Oriente.³ Entre eles, temos Bernard Lewis, apresentado na *Encyclopedia of historians and historical writing* como “o mais influente historiador do Oriente Médio e do Islã no pós-guerra”.⁴ Said e Lewis tiveram desacordos públicos acerca da natureza do Orientalismo. Em seguida examinaremos os argumentos dos dois autores nesse debate, pois talvez seja mais produtivo capturarmos os meandros semânticos do conceito por meio da controvérsia em torno dele.

A partir dessa escolha, este capítulo se divide em três partes. Na primeira parte, focamos o trabalho de Bernard Lewis, o qual nos oferece sua visão sobre a importância do estudo do Oriente. Em um segundo momento, trabalhamos o conceito de Orientalismo de Edward Said, como apresentado em seu trabalho inicial e em reflexões subsequentes, e a importância do mesmo para o campo de estudos pós-coloniais. Por fim, abordamos o debate entre os dois em diferentes livros e ensaios jornalísticos.

2.2 O Orientalismo por Bernard Lewis

Bernard Lewis, inglês de origem judaica, nasceu em 1916 e iniciou sua carreira na *School of Oriental and African Studies* (SOAS), da Universidade de Londres, onde tinha realizado seus estudos prévios em História, após servir na Segunda Guerra Mundial. Lá, foi apontado para a nova cadeira em História do Oriente Próximo e Médio. Após ter estabelecido seu nome como um dos principais intelectuais da área, o autor se mudou para os EUA na década de 70, onde lecionou em Princeton – universidade que depois lhe concedeu o título de professor emérito.

Lewis se dedicou principalmente ao estudo da história do Oriente Médio, do Islã e da relação dessa região com o Ocidente. O tema é assunto central em 27 dos seus 34 livros publicados. Todavia, sua fama como o maior historiador ocidental sobre o Oriente

³ Oriente no caso abarca a Ásia e Oriente Médio.

⁴ Boyd, Kelly. 1999. *Encyclopedia of historians and historical writing*. 2 vols. London ; Chicago: Fitzroy Dearborn.

Médio não advém somente de seu trabalho acadêmico. Lewis foi também ativo comentarista em jornais e conselheiro do governo americano em questões envolvendo a região.⁵

A área de estudo na qual o autor se insere teve seu auge durante o século XIX e a primeira parte do século XX. Os estudos orientalistas se iniciaram nas artes e evoluíram para incluir qualquer forma de trabalho cujo tema fosse algum dos países considerados orientais, localizados na África, na Ásia e no Oriente Médio. Lewis reconhece que já havia críticas internas na área sobre o significado do conceito, porém aponta que essas focavam mais a abrangência excessiva do que a forma como os estudos eram realizados (Lewis, 1982, p. 04).

Considerando a gama de trabalhos publicados por Lewis, é importante dar ênfase àqueles que nos oferecem uma visão do que seria o Oriente Médio, seus habitantes e sua relação com o Ocidente. O autor, defensor do orientalismo, analisa o Oriente Médio de forma ampla, raramente diferenciando os países e suas histórias próprias.

“O que deu errado?” é o título de um dos últimos livros publicados por Lewis, no qual ele discute dois pontos principais. Primeiramente, aponta o desenvolvimento da região desde o início do Islamismo até os dias atuais de maneira marcadamente negativa. Em seguida busca nomear os culpados por este erro. Lewis defende que a pergunta sobre o que deu errado é feita pelos islâmicos principalmente, mas não exclusivamente, do Oriente Médio, quando se comparam ao Ocidente. A base para essa pergunta é como o avanço do “mundo islâmico” não continuou após sua superioridade na Idade Média, como ele afirma:

"Há de fato bom motivo para questionamento e preocupação, até mesmo para raiva. Por muitos séculos, o mundo islâmico era a vanguarda da civilização e realizações humanas. Na percepção dos próprios muçulmanos, o Islã era de fato coincidente com a civilização, e além de suas fronteiras, havia apenas bárbaros e infiéis.

⁵Em relação à sua proximidade com a política governamental estadunidense, é interessante notar que Lewis foi um dos membros fundadores da *Middle East Studies Association of North America* (MESA) em 1966. Ele se desligou da associação para fundar a *Association for the Study of the Middle East and Africa* (ASMEA) como resposta aos comentários de que a MESA seria “dominada por acadêmicos críticos ao papel de Israel e dos Estados Unidos no Oriente Médio” (New York Sun, 2007).

[...] No auge do poder islâmico, só havia uma civilização que era comparável no nível, qualidade e variedade de realização; que foi, naturalmente, a China" (Lewis, 2002a, p. 3-6).

Entretanto, durante os séculos XVII-XVIII houve uma mudança neste balanço de poder, a qual foi ignorada pelos islâmicos, que estariam “inclinados a desmerecer os habitantes das fronteiras ocidentais como bárbaros ignorantes, muito inferiores até mesmo dos infieis asiáticos ao leste.” (*Idem*, p. 07). Entre os motivos para tal mudança de poder, estão a Renascença, a Reforma Protestante e a inovação tecnológica.

Para o autor, após o século XVIII, haveria a consolidação do atraso dos países islâmicos em relação ao Ocidente. Os islâmicos, teriam se tornado “pobres, fracos e ignorantes” (*Idem*, p. 151) quando comparados aos cristãos. A partir do século XIX, a dominância ocidental tornou-se evidente e invadiu o mundo muçulmano em todos os aspectos, tanto públicos quanto privados. Entretanto, o “mundo ocidental” não foi único competidor a superar os islâmicos:

"O pior estava por vir. Já era ruim o suficiente os muçulmanos se sentirem fracos e pobres, após serem ricos e fortes por séculos, e perder a liderança que tinham chegado a considerar como o seu direito, e serem reduzidos ao papel de seguidores do Ocidente. O século XX, especialmente na segunda metade, trouxe mais humilhações - a consciência de que eles já não eram nem mesmo o primeiro entre os seguidores, pois foram ultrapassados por outros povos ocidentalizados e mais bem-sucedidos, nomeadamente no Leste da Ásia" (Idem, p. 152).

De acordo com Lewis, é possível concluir que há uma corrida para ocupar os melhores lugares em termos de desenvolvimento, e os competidores são o Ocidente, o Oriente Médio e o Leste Asiático. É importante enfatizar que na corrida descrita pelo autor não há espaço para América Latina, África e Oceania. Sendo assim, o mundo islâmico é o último colocado. Como o autor afirma: “seguir é ruim o suficiente; mancar na retaguarda é ainda muito pior” (Lewis, 2002b, p.1).

Se esta é a realidade, segundo o historiador, seria natural que os árabes se perguntassem: “quem nos fez isso?”. Afinal, diz Lewis, “é sempre mais fácil e sempre mais gratificante culpar os outros pelos próprios infortúnios” (Lewis, 2002a, p. 152). Diferentes respostas

a essa questão foram articuladas. Indicaremos a seguir quais foram elas e o motivo pelo qual estas são insuficientes para explicar o contexto social contemporâneo nos países islâmicos.

Os primeiros a serem alvos de acusação foram os mongóis, que invadiram a região no século XIII. Eles foram responsabilizados pela destruição do poder muçulmano e da civilização islâmica, que teriam passado a viver um período de “estagnação e fraqueza” como consequência da invasão. Este argumento pode ser desconstruído por dois argumentos. O primeiro é que as maiores conquistas culturais islâmicas, principalmente no Irã, vieram após as invasões, e não antes. O segundo é que os mongóis venceram um império já “fatalmente fraco”, o que não poderia ter ocorrido na época dos grandes califados.

A segunda possibilidade para o declínio seria resultado do nacionalismo importado da Europa, o qual permitiria que a culpa fosse lançada em países vizinhos. Lewis (*Idem*, p. 153) retoma a complexa relação entre países e culpabilidade:

"Os árabes poderiam colocar a culpa pelos seus problemas sobre os turcos, os quais eles haviam governado por muitos séculos. Os turcos podiam culpar a estagnação de sua civilização sobre o peso morto do passado árabe no qual as energias criadoras do povo turco foram capturadas e imobilizadas. Persas podiam culpar a perda de suas antigas glórias em árabes, turcos e mongóis imparcialmente."

A terceira alternativa seria a superioridade política francesa e britânica nos séculos XIX e XX. O imperialismo ocidental ofereceria um bode expiatório plausível. O resultado do poderio europeu seria a dominação política, a penetração econômica e a influência cultural, considerada a mais longa, mais profunda e mais insidiosa entre essas. Lewis admite que há boas razões para o desgosto contra a Europa mas não as cita. Ele desmerece a possibilidade dessa razão por considerar o período de dominação curto, tendo durado meio século, e que as dificuldades árabes já teriam começado muito antes da chegada europeia e continuado após sua saída.

A quarta resposta possível seria o imperialismo americano, o qual na visão do historiador teria se tornado o novo vilão, tomando assim a posição europeia. Essa possibilidade é levantada por muitos estudiosos, mas não por Lewis. Para ele, a

influência americana seria resultado da fraqueza da região e não causa da mesma. Assim, o autor repete o mesmo argumento utilizado no caso da influência europeia.

Por fim, a última resposta externa seria o antissemitismo, que faz com que muçulmanos “culpem os judeus por tudo que há de errado” (*Idem*, 156). Ele admite que, no passado, a convivência dos judeus com muçulmanos era melhor do que a dos judeus com os cristãos -- a relação seria mais de desdém e desprezo do que de suspeita e obsessão. O suposto desmerecimento dos árabes aos judeus fez com que a perda da guerra após a criação do Estado de Israel ainda mais difícil de aceitar, afinal cinco nações islâmicas haviam perdido para um recém-Estado que não consideraram perigoso. Isto tem um significado especial, como Lewis afirma (*Idem*, p. 156): “Já era ruim o suficiente ser derrotado pelo poder imperial do Ocidente, sofrer o mesmo destino nas mãos de uma gangue desprezível de judeus foi uma humilhação intolerável. O antissemitismo e a imagem demonizada dos judeus como monstros cruéis forneceu uma resposta acalmante.”

Internamente, muitos apontaram o islamismo como a causa da derrocada árabe. Lewis não concorda com esta versão, já que a região teve séculos prósperos mesmo após a consolidação do islã. Ele relembra a liberdade social e o desenvolvimento científico e econômico de séculos anteriores. Se a religião que esteve no cerne de uma sociedade que logrou tantas conquistas continuou a mesma, o que teria acontecido? Os fundamentalistas e os moderados têm visões distintas do que ocorreu para que a religião tivesse influenciado de forma negativa a região:

"Para aqueles que hoje em dia são conhecidos como islamitas ou fundamentalistas, as falhas e deficiências das terras islâmicas modernas os afetou porque adotaram noções e práticas exóticas. Eles se afastaram da fé islâmica autêntica, e, assim, perderam a sua antiga grandeza. Aquelles conhecidos como modernistas ou reformadores têm opinião contrária, e veem a causa desta perda não no abandono, mas na retenção de velhos hábitos, e especialmente na inflexibilidade e onipresença do clero islâmico" (Idem, p. 156-157).

Lewis oferece outros argumentos históricos para a atual situação árabe. Por exemplo, a exploração de metais preciosos na América Latina na época da colonização resultou no enriquecimento europeu e no descaso em relação à região. O autor também aponta para

o desconhecimento, por parte dos árabes, de sua própria Antiguidade, que só foi retomada por interesse dos europeus, além de doenças resultantes de relações contínuas entre primos. Lewis, no entanto, não aprofunda essas alternativas.

Todas essas possibilidades são denominadas por Lewis como jogo de culpa, que permite que não a tirania e a pobreza, as quais seriam as reais causas, não sejam responsabilizadas. Contudo, ele não desenvolve como a tirania e pobreza são as responsáveis, sim no que considera como mecanismos, dos árabes, para depositar a culpa em outros. Como conclusão, Lewis pede reflexão maior entre os muçulmanos e prevê o que pode acontecer caso o jogo de culpa continue:

"Se as pessoas do Oriente Médio continuarem em sua trajetória atual, o homem-bomba pode tornar-se uma metáfora para toda a região, e não haverá fuga de uma espiral de ódio e rancor, raiva e autopiedade, pobreza e opressão, culminando, mais cedo ou mais tarde, em mais uma dominação estrangeira; talvez a partir de uma nova Europa revertendo às velhas formas, talvez a partir de uma Rússia ressurgente, talvez de alguma nova superpotência em expansão, no Oriente. Se eles abandonassem o agravo e a vitimização, resolvessem suas diferenças e unissem seus talentos, energias e recursos em um esforço criativo comum, então eles poderiam fazer mais uma vez no Oriente Médio, nos tempos modernos, como era na Antiguidade e na Idade Média, um importante centro da civilização. Por enquanto, a escolha é sua própria" (Idem, p. 159).

No fim, Lewis somente desconstrói outros discursos⁶, porém não apresenta uma alternativa viável para explicar a situação atual dos países árabes. Sem uma alternativa, o que temos são somente ideias consideradas inadequadas por ele, tratadas como acusações sem fundamentos criadas para evitar que os muçulmanos reconheçam os erros de suas próprias ações. As pessoas daquela região, aliás, são tratadas pelo autor de forma homogênea, somente sendo divididas entre fundamentalistas e moderados, e por nacionalidade.

⁶ Importante apontar que Lewis não apresenta os autores que defendem cada um dos pontos, referindo-se a eles simplesmente pelo pronome 'eles'.

Embora não ofereça uma possível razão em termos do que considera o “erro” na história árabe, Lewis apresenta outros motivos para a realidade atual árabe em 2002, em um artigo com título homônimo ao do livro. Um dos motivos para o insucesso apontados pelo autor é a relação da Igreja com o Estado. A criação europeia da sociedade civil governada por leis seculares, o que não teria ocorrido no Oriente Médio, teria sido fundamental para o sucesso das nações europeias. Outro fator seria a relegação da mulher a uma posição inferior, o que retirou metade da população da equação.⁷

Lewis (*Idem*, p. 06-07) afirma:

"Para um observador ocidental, educado na teoria e na prática da liberdade ocidental, é precisamente a falta de liberdade, a liberdade da mente em relação ao constrangimento e à doutrinação, questionar e falar; liberdade da economia em relação a uma gestão má, corrupta e mal administrada; liberdade das mulheres em relação à opressão masculina; liberdade dos cidadãos em relação à tirania – isso explica muitos dos problemas do mundo muçulmano. Mas o caminho para a democracia, como a experiência ocidental demonstra amplamente, é longo e difícil, cheio de armadilhas e obstáculos."

O papel da religião é fundamental para Lewis⁸, tanto que ele afirma que “a Cristandade e o Islã são duas religiões que definem civilizações, e as duas têm muito em comum, e algumas diferenças” (Lewis, 2003, p. 1). Ele descreve a semelhança de ambas, indicando-a como razão para a complexa relação entre a Europa e o Oriente Médio. Ao apontar as diferenças fundamentais, o autor indica a divisão entre dois lados, confirmada pelo uso da frase “nós no Ocidente” (*Idem*, p. 07).

A divisão entre os dois polos aparece mais nítida em outros trabalhos. Lewis passa a defender que certos conceitos não existiam no Oriente Médio antes da atuação europeia.

⁷ Esse ponto é discutível porque a ideia complementar seria a de que as mulheres foram incentivadas a participar da sociedade ocidental, oposto do que é defendido por historiadoras (Miles, 1988).

⁸ Lewis aponta que a divisão entre Estado e Igreja encontra respaldo na Bíblia: “Os cristãos são intimados em suas Escrituras para ‘dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.’ Enquanto as opiniões divergiram quanto ao real significado desta frase, tem sido geralmente interpretada como legitimadora de uma situação em que as duas instituições existem lado a lado, cada uma com suas próprias leis e cadeia de autoridade - uma preocupada com a religião, chamada de Igreja, a outra preocupada com a política, chamado Estado” (Lewis, 1990, p. 02-03).

O conceito de liberdade, argumenta o autor, inexistia na região até a dominação de Napoleão Bonaparte. Lewis se utiliza disto para defender que a ausência de tal termo influencia a relação do governo com a sociedade até hoje (Lewis, 2005, p. 5). Embora reconheça a existência anterior de mecanismos democráticos históricos, como a consulta aos grupos de poder, ele não os considera exemplos da possibilidade de democracia liberal sem a atuação externa na região.

Talvez o maior exemplo da visão dicotômica que o autor tenha sobre a relação do Ocidente e Oriente seja apresentada no seu artigo 'The Roots of Muslim Rage' (1990). Este foi originalmente uma palestra dada por Lewis na ocasião do recebimento do maior prêmio dado pelo governo americano por realizações na área de humanidades. O objetivo do texto é tratar o suposto ressentimento que existe no Oriente no que tange à Europa e aos Estados Unidos.

Lewis crê que o Islã seja uma religião com diversas características positivas, porém continua apontando a fé como um dos motivos para a tensão entre os dois polos: "Mas o Islã, como outras religiões, teve períodos onde inspirou ódio e violência em alguns dos seus seguidores. É o nosso infortúnio que parte, embora não todos ou a maioria, do mundo muçulmano esteja agora passando por esse período, e [...] que o ódio é dirigido contra nós" (Lewis, 1990, p. 02-03). Esta foi a primeira utilização de "nós" para definir o Ocidente, ideia que se repetiria com frases como "nós do Ocidente" (*Idem*, p. 15).

O texto continua com mais alegações do ódio oriental pelo Ocidente e por seus supostos valores e práticas, os quais não especifica:

"Às vezes esse ódio vai além da hostilidade aos interesses específicos ou ações ou políticas ou até mesmo países e torna-se uma rejeição da civilização ocidental, não só ao que faz, mas ao que é, e os princípios e valores que ela pratica e professa. O Ocidente é visto como mau por natureza, e aqueles que o promovem ou aceitam são 'inimigos de Deus'." (*Idem*, p.03)

Mantendo a linha de outros trabalhos, Lewis interpreta sempre esta relação como uma culpa que os islâmicos atribuem aos ocidentais por sua decadência histórica. Em certo momento, ele até relaciona um possível descontentamento quanto a maior liberdade feminina, consequência da entrada da cultura ocidental na região. Isso estaria presente na tentativa de restabelecer os valores e a grandiosidade mulçumana. Já que "mulheres

emancipadas e crianças rebeldes” (*Idem*, p. 08) seriam consequências ocidentais, elas precisavam ser eliminadas.

A contínua falta de reflexão sobre o que poderia levar ao ressentimento contra europeus e americanos faz com o que o trabalho perca força. Ele até levanta a possibilidade da dominação europeia, porém a descarta pelo fato de esta ter terminado décadas atrás, ignorando que o opressor não define o momento de superação do oprimido. No caso norte-americano, ele cita o apoio a Israel, para logo depois relativizá-lo ao dizer que não é possível afirmar com certeza que este seja o principal ou único motivo (*Idem*, p. 13).

Criticamos, previamente, a falta de análise do imperialismo como responsável pela tensão na relação entre as regiões. No artigo sobre a raiva muçulmana, o autor aborda o assunto pela primeira vez. Embora levante esta possibilidade, Lewis foca os motivos que tornaram europeus e americanos culpados aos olhos dos muçulmanos, já que o mesmo não ocorreu aos soviéticos após a invasão do Afeganistão.

O autor considera que o imperialismo define-se somente como invasão e dominação de territórios, ignorando possíveis controles culturais, econômicos e políticos. Com esta definição, ele retira os EUA da equação, já que o único país muçulmano que os norte-americanos invadiram até então foi as Filipinas, primeiro país islâmico não árabe citado por Lewis. Seu interesse concentra-se nos motivos pelos quais a União Soviética não se tornou o objeto predileto do ressentimento islâmico. Ele aponta para dois motivos: a repressão aos opositores e a não secularidade social.

Lewis considera que a ausência de culpa dos soviéticos aos olhos dos árabes, se deve ao fato deles se comportarem de maneira violenta contra seus opositores, diferentemente dos europeus, que lidariam pacificamente com a oposição. Outro fato seria o de que os soviéticos não apresentavam uma sociedade secular, já que o comunismo seria uma forma de religião, havendo, portanto, uma competição religiosa: “Embora ateu, não eram sem Deus, e de fato [a União Soviética] criou um aparelho de Estado elaborado para impor a adoração de seus deuses - um aparelho com a sua própria ortodoxia, uma hierarquia para definir e aplicá-lo, e uma inquisição armada para detectar e extirpar a heresia.” (*Idem*, p.20). Após apresentar os motivos que fazem com que a dominação territorial não seja a explicação, ele nos oferece sua hipótese:

"Mais do que nunca é o capitalismo e a democracia ocidental que proporcionam uma alternativa autêntica e atraente para as formas

tradicionais de pensamento e de vida. Líderes fundamentalistas não estão errados em ver na civilização ocidental o maior desafio para o modo de vida que desejam manter ou restaurar para o seu povo" (Idem, p.20).

É perceptível que, para Lewis, o motivo do ódio muçulmano é o fato de que o Ocidente oferece conceitos e estilos de vida opostos ao que seria o tradicional, por isso desperta a luta dos árabes contra si. Embora ao longo de todo o texto refira-se aos muçulmanos em geral, nesse trecho Lewis cita apenas os fundamentalistas. É possível conjecturar que o autor não consiga diferenciar os distintos subgrupos internos à região árabe. Somente desta forma ele poderia afirmar que toda uma região consegue odiar outra de maneira homogênea, caso só houvesse dois grupos, ocidentais e orientais.

O problema desta afirmação é que, se há influência ocidental na sociedade árabe, logo há pessoas dela usufruindo. Como isso seria possível tendo em vista que todos os árabes odeiam europeus e americanos? Lewis não explica, focalizando o suposto “choque de civilizações” (Idem, p 25), que abarcaria a luta direta entre diferentes concepções da realidade. É necessário apontar que, segundo Lewis, a tensão entre as regiões tem sua gênese somente do lado islâmico, que rivalizaria com o Ocidente, o mesmo não ocorrendo do lado ocidental.

Importante notar que, em todos os trabalhos apresentados nesta seção, Lewis faz comentários, informando que a mudança social no Oriente Médio se aproxima. Como exemplo, cita o interesse por certos conceitos ocidentais, como representação, eleição e governos constitucionais. Contudo, tais comentários são somente marginais a seus textos. A citação abaixo é um bom exemplo dessa visão:

"Já deveria estar claro que estamos diante de um estado de espírito e um movimento que muito transcende o nível das questões e as políticas e os governos que os perseguem. Isso não é menos do que um choque de civilizações - a reação talvez irracional, mas seguramente histórica de um antigo rival contra a nossa herança judaico-cristã, o nosso presente secular, e a expansão mundial de ambos. É extremamente importante que nós do nosso lado não devemos ser provocados em uma reação igualmente histórica, mas também igualmente irracional contra esse rival" (Idem, p. 25).

2.3 O Orientalismo por Edward Said

Edward Said (1935-2003) é reconhecido principalmente pelo debate que originou sobre o conceito de orientalismo, porém isso não resume a farta produção do autor. Filho de palestinos e criado no Cairo, estudou Crítica Literária nos Estados Unidos. Em parte por causa de sua história pessoal, o autor se voltou para o estudo do relacionamento entre Ocidente e Oriente, que resultou no seu mais famoso livro, *Orientalismo*, em 1978. Isso não acarretou o abandono da Literatura, porém, o autor passou a estudá-la como fonte de representação da dominação cultural ocidental sobre o Oriente, junto a outras formas de cultura de massa, como filmes e jornalismo.

Orientalismo, lançado em 1978, tornou-se um dos precursores dos estudos pós-coloniais, junto aos trabalhos de Albert Memmi e Frantz Fanon (Chowdhry e Nair, 2002, p.12). O livro ampliou o debate sobre a relação “Ocidente-Oriente”, como também a relação entre conhecimento e poder político. A natureza multidisciplinar do objeto estudado por Said parece estar diretamente relacionada à extensão do vasto alcance de sua análise.

Como é perceptível na leitura do livro, a análise de Said se baseia na sua percepção de algumas obras, principalmente literárias e acadêmicas, e em sua experiência própria. Isso resultou em diferentes dimensões do conceito de Orientalismo: “eu entendo [orientalismo como] diversas coisas, todas elas, na minha opinião, interdependentes” (Said, 1990, p. 14). É preciso, portanto, compreender essas dimensões.

O autor, revisitando o conceito posteriormente, resume:

“Orientalismo naturalmente refere-se a vários domínios que se sobrepõem: primeiro, a mudança do relacionamento histórico e cultural entre Europa e Ásia, um relacionamento com uma história de 4000 anos de idade; em segundo lugar, a disciplina científica no Ocidente, que se inicia no século 19 houve uma especialização no estudo de várias culturas e tradições orientais; e, em terceiro lugar, as suposições ideológicas, imagens e fantasias sobre a região atualmente importante e politicamente urgente do mundo chamado Oriente. O denominador relativamente comum entre esses três aspectos do orientalismo é a linha que separa o Ocidente do Oriente, e isso, eu argumentei, é menos um fato da natureza do que é um fato

da produção humana, como os tenho chamado geografia imaginativa." (Said, 1985, pag. 90)

Como é possível notar, o conceito abarca diferentes questões. O que seria o orientalismo então? Said o define como um “estilo de pensamento” (*Idem*, pag. 14), “discurso” (*Idem*, pag. 15), “instituição” (*Idem*, pag. 19), “projeção ocidental sobre o Oriente e vontade de governá-lo”, (*Idem*, pag. 104), “sistema de representações” (*Idem*, pag. 209), “sistema de verdade” (*Idem*, pag. 210).

Destas diversas definições, daremos ênfase ao discurso, por ser uma parte central da atuação orientalista. Said compreende o discurso a partir da visão de Michel Foucault: “A minha alegação é que, sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo.” (Said, 1990, p. 15). Ao apoiar-se em Foucault, Said relaciona a criação do conhecimento com o poder colonial.

Said aponta que o conjunto de saberes produzidos pelo Ocidente no que diz respeito ao Oriente constitui uma instituição com um discurso próprio. O Orientalismo teria como objetivo controlar, silenciar e dominar seu objeto. Por isso é indissociável do empreendimento colonialista-imperialista europeu e americano. Said (*Idem*, pag. 15) apresenta a relação entre discurso e poder político: “é [o orientalismo], acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder”.

Tal visão é compartilhada por outros autores, por exemplo Ania Loomba (1998). Ela, ao revisar o trabalho de Said, indica a impossibilidade de um conhecimento livre da influência do poder, principalmente porque este é feito por pessoas que internalizaram o discurso colonial.

A partir disso, é possível assinalar seis dimensões constitutivas do orientalismo:

1) conceitual – é um “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica entre ‘o Oriente’ e ‘o Ocidente’” (Said, 1990, p. 14);

b) material – é uma “instituição”, “toda a rede de interesses que faz valer seu prestígio (e, portanto, sempre se envolve) toda vez que aquela entidade peculiar, ‘o Oriente’, esteja em questão” (*Idem*, pag. 15);

c) política – a relação entre o Ocidente e o Oriente “é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (*Idem*, pag. 17);

d) identitária – a Europa ganhou em “força e identidade” quando comparada com o Oriente (Said, 1990, p. 15); o principal componente da cultura europeia é “[...] a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não europeus” (*Idem*, pag. 19);

e) exterior – “o orientalismo tem suas premissas na exterioridade” e “todo o orientalismo está fora do Oriente, e afastado dele: que o orientalismo tenha qualquer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente” (*Idem*, pag. p. 32-33);

f) histórica – a constituição do orientalismo como disciplina acompanhou o envolvimento das potências europeias com o Oriente, especialmente depois da expedição francesa ao Egito: “a invasão do Egito por Napoleão em 1798 e a sua incursão na Síria tiveram, de longe, as maiores consequências para a história moderna do orientalismo” (*Idem*, pag. p. 85).

Tais pontos nos auxiliam a perceber como o Said oferece uma visão multifacetada da relação entre os dois polos. Sankaran Krishna (2009, p. 80, tradução nossa) apresenta a complexa relação abordada por Said: “O exemplo do Orientalismo é um poderoso indicador da natureza entrelaçada da globalização como um processo cultural, sociopolítico e econômico e dos estudos pós-coloniais como um corpo de trabalho que tanto emerge com a globalização quanto é, em muitos aspectos, profundamente críticos dela”.

Como afirmado pelo próprio Said, o conceito representa “diversas coisas” relacionadas e “interdependentes”. Pretendemos, a partir de tais pontos, compreender como a atuação “ocidental” agiu para garantir a criação de dois lados, necessariamente opostos, onde um se sobressai frente ao outro.

Afirmamos diversas vezes a existência de um Oriente e um Ocidente, mas é preciso compreender como os termos foram criados. Said defende que foi através da criação de uma “geografia imaginária”, uma prática mental de estabelecer uma distinção baseada

no espaço físico entre um lado que seria familiar e outro não. De tal forma, os termos Oriente e Ocidente, embora correspondam, no plano físico, aos territórios do continente asiático e europeu, respectivamente, expressam mais propriamente uma identidade cultural que define o sentido de um “nós” e um “eles”. A noção de que “nós” somos diferentes dos “outros” baseia-se nos princípios de associação mental de imagens e valores a determinados lugares.

Isso é perceptível quando questionamos onde África e América Latina se encaixam nesse discurso, afinal suas histórias e culturas se diferenciam dos lados propostos como Oriente e Ocidente. Apesar da crítica a continuidade do uso dos termos Ocidente e Oriente, o autor continua a utilizar os termos para se referir a países construtores do discurso, no caso Estados Unidos, França e Inglaterra.

Embora hoje sua maior representação seja americana, a origem do orientalismo é europeia e há dois motivos principais para isso. O primeiro é que o Oriente Médio, geograficamente próximo, oferecia um adversário econômico e religioso, elevando o confronto cultural e físico entre as duas regiões. Ben Grant contribuiu com o argumento segundo o qual o Oriente transformou-se no inassimilável Outro. “A melancolia 'imperial' centrada em torno do cadáver deste Outro, que o Ocidente culposamente engoliu, mas não consegue digerir, preservado intacto, embalsamado, nem vivo nem morto” (Grant, 2009, p. 64).

O segundo argumento é que a Ásia, mais distante, oferecia a percepção de solução para a regeneração da Europa materialista e mecanicista através da cultura, da religião e da espiritualidade indiana (Said, 1990, p. 21-22). Mesmo sendo possível considerar que a visão sobre a Ásia seja mais positiva que aquela sobre o Oriente Médio, é importante notar que esta é uma visão genérica que desconsidera questões próprias do continente, colocando em evidência apenas o que este poderia oferecer aos europeus.

Como nosso objeto de interesse é o Oriente Médio, trataremos somente deste no momento. Frente ao confronto com a região árabe, os europeus necessitavam legitimar sua empresa imperial, particularmente a partir do século XVIII. Mesmo que em um momento anterior da história, o Oriente tenha tido poder para ocupar parte da Europa, incluindo grande parte da Península Ibérica, isso não era mais realidade após o fim da Idade Média. Nos tempos modernos, a narrativa proposta é de que o Ocidente, de forma heroica, levou a civilização, o progresso e a evolução para os povos atrasados.

Para Said, se os ocidentais estão levando melhorias para seres inferiores, logo sua imposição de um modelo social transforma-se em algo positivo. É esta lógica que o orientalismo garante ao criar um grupo inferior que não possui o que é preciso para avançar sozinho. Esta justificativa não ocorre no campo político, mas sim indiretamente através da cultura.

O Orientalismo, assim, abriu caminho para o poder político ao criar uma doutrina do que seria o Oriente⁹, o qual não apenas serve, mas legitima os interesses europeus. O Orientalismo daria uma expressão do que é o Oriente ao Ocidente, conferindo-lhe uma história, uma tradição de pensamento, imagens e um vocabulário específico. A construção da distinção ocorre por meio da criação de certas imagens para os dois grupos. Dentro de tal lógica, os ocidentais seriam pessoas racionais, desenvolvidas, superiores, dinâmicas e capazes de se definir e representar (Lewis, *What Went Wrong*, 2002a) a si próprios. Já os orientais seriam aberrantes, subdesenvolvidos, inferiores e incapazes de se representar (Said, 1990, p. 305).

Dessas descrições apontadas, a mais importante é a afirmação de que os orientais seriam incapazes de se representar, de forma que este trabalho teria que ser realizado pelos ocidentais. Como Said afirma: “Aqui, claro, está um dos temas orientalistas mais familiares – desde que os Orientais não podem representar a si mesmos, eles logo devem ser representados pelos outros que conhecem mais o Islã do que aqueles que praticam o Islã” (Said, 1985, p. 97).

Isto é evidente quando percebemos quem escreve sobre o Oriente Médio, tanto no ambiente acadêmico quanto midiático. Por exemplo, isto é perceptível pelo fato de que comentaristas são usualmente norte-americanos ou europeus em grande parte das mídias, sem espaço para visões opostas a estas. Esta característica corresponde a um dos quatro dogmas do orientalismo contemporâneo definidos na obra de Said. Os outros

⁹ Importante lembrar que não existe um “Oriente” real para Said, mas sim diferentes formas de interpretar os fatos. O autor aponta que há uma escolha “ocidental” para que tal interpretação o favoreça. Exemplificamos que não há forma correta, já que não existe somente um oriente, Said afirma: “O que eu estava tentando mostrar era que qualquer conversa sobre o Islã era radicalmente falha, não só por causa de um pressuposto injustificado estava sendo feito de que uma grande generalização ideologicamente carregada poderia cobrir toda a particularidade rica e diversificada da vida islâmica (uma coisa muito diferente), mas também porque seria simplesmente repetir os erros do orientalismo alegar que a visão correta do Islã seria X ou Y ou Z” (Said, 1980, p. 1-2).

são: (1) preferência a generalizações extraídas de obras antigas no que se refere a qualquer tipo de conhecimento extraído da realidade contemporânea (*Idem*, p. 350); (2) o Oriente é eterno e incapaz de mudar (*Idem*, 1990, p. 305); (3) o Oriente é algo a ser temido e controlado (*Idem*, 1990, p. 305).

Desses três pontos, o que queremos retornar para aprofundar o debate é aquele sobre a suposta imobilidade histórica oriental. Quando examinamos o trabalho de Bernard Lewis vimos esse ponto sendo discutido ativamente. O autor britânico é um exemplo do constante uso de fatos históricos para explicar a atual política árabe, sem tratar como necessário o estabelecimento de cadeias de explicações causais que liguem o passado ao presente.

Como argumenta Said, não é possível afirmar que o Orientalismo seja simplesmente uma ideia ou criação sem realidade correspondente, afinal existe um Ocidente e há características históricas e sociais que são distintas: “Não se deve supor que a estrutura do Orientalismo não passa de mentiras ou de mitos que simplesmente se dissipariam ao vento se a verdade a seu respeito fosse contada” (Said, 1990, pag. 33). A questão volta a ser como isso é percebido e trabalhado por estudiosos europeus e americanos. É preciso refletir sobre como esses grupos atuam, já que o orientalismo é uma construção realizada por um grupo no poder¹⁰.

Said acredita ser possível que o próprio Oriente crie sua narrativa como resposta àquela proposta pelo Ocidente, porém reconhece que a produção de conhecimento no mundo está mal distribuída e concentrada nas metrópoles ocidentais. O ponto central para ele é que não seja possível mudar a produção de conhecimento na origem sem alterar a situação política que a produz (*Idem*, pag. 100).

O debate sobre a possível resposta do grupo dominado é importante na discussão que se seguiu ao livro *Orientalismo*. É um ponto crítico, pois vários autores pós-colonialistas argumentam que Said não deu espaço para os discursos de resistência articulados por aqueles chamados de orientais. Na visão do autor, o discurso do colonizado seria totalmente apropriado pelo colonizador. Trabalhos posteriores procuram, portanto,

¹⁰ A questão do grupo hegemônico é importante já que ela é utilizada contra aqueles que acreditam que haja um ocidentalismo, que seria a interpretação do Ocidente feita por estudiosos árabes. A resposta a tal acusação é que o Ocidente, devido ao seu poderio histórico, define a si mesmo e dialoga a partir de tais termos.

substituir o “domínio calmo” apresentado no livro por um espaço “agonístico de autoridade colonial” (Jacobs, 1996, p. 27), e dar voz a outros:

“No entanto, quando me sentei para escrever meu primeiro artigo acadêmico intitulado ‘A Crítica Pós-Colonial pode falar?’, eu encontrei-me um pouco desconfortável com o conhecimento excessivo de Said do Ocidente. Se o Oriente foi silenciado nas páginas ocidentais, o Islã parecia ter sido condenado ao mesmo na obra magistral de Said. Poucos muçulmanos foram autorizados a falar por eles mesmos. Quase parecia que o debate não era sobre como aumentar o espaço para os orientais e muçulmanos, mas sobre a melhor forma de falar ou representar os muçulmanos. A polêmica toda soou mais como um desacordo interno entre os intelectuais ocidentais [...] do que sobre a busca de soluções práticas para o confronto perene de civilizações” (Majid, 2009, p. 09-10, tradução nossa).

Em 1985, após o seu livro ter repercutido grandemente, Said escreveu o artigo *Orientalism Reconsidered*, refletindo sobre a literatura construída a partir de seu trabalho e sobre as críticas feitas. Ele aponta dois pontos principais:

"Sempre tentei não abandonar o senso crítico ou descolamento reflexivo. Mas, em comum com todas as recentes críticas ao Orientalismo, acho que duas coisas são especialmente importantes – (1), uma vigilância metodológica rigorosa que constrói o Orientalismo mais como uma disciplina positiva do que como crítica e, portanto, faz com que seja sujeita ao escrutínio intenso, e (2), determinado a não permitir a segregação e confinamento do Oriente continuar sem desafio" (Said, 1985, pag. 95, tradução nossa).

Isto demonstra como o conceito de orientalismo estava em disputa entre dois lados. O primeiro, original, defende que é uma forma de estudo, enquanto o segundo, Said, que é uma ferramenta cultural de poder. Estes diferentes pontos foram tratados ao longo do livro e em outros artigos, e são resumidos a seguir:

“Portanto, o orientalismo não é um mero tema político de estudos ou um campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições: nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista ‘ocidental’ para subjugar o mundo ‘oriental’. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de ‘interesses’ que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele, em vez de expressar, certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político [...], com o poder intelectual [...], com o poder cultural [...], com o poder moral [...]. Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é - e não apenas representa - uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o ‘nosso’ mundo” (Said, 1990, pag. 24 – grifos do autor).

Embora o trabalho de Said seja considerado recorrentemente pedra central para os estudos pós-colonialistas, este foi objeto de críticas, como já dissemos, por parte de autores também pertencentes a esse movimento intelectual. Uma das críticas, já discutida acima, é a falta de voz para os colonizados, mas há outras. Vejamos.

Ahmed (1992) contradiz a ideia de que o autor relaciona a construção do conhecimento com o poder colonial e o desenvolvimento do capitalismo. Para a autora, Said se concentra excessivamente na literatura, discursos e ideologias, o que resultou na

implicação do orientalismo como somente uma construção ideológica, ignorando dessa forma o poderio político e econômico que correm paralelamente.

Já Porter (1993) e Hiddleston (2009) indicam que Said fixa a história na divisão binária entre Ocidente e Oriente, ao identificar tal divisão desde a Grécia Antiga. Dessa maneira, não apenas simplifica o desenvolvimento da história cultural e política mundial, como também reproduz o discurso divisor. Por fim, Vaughan (1994) defende que há a crença interna aos estudos culturais (*cultural studies*) de considerar que toda forma de poder cultural é eficiente. Isso se deve pela utilização da visão de Foucault sobre poder. Se isso fosse verdade, não haveria alternativa ou realidade fora do que é apresentado em *Orientalismo*.

As críticas, embora demonstrem as limitações do trabalho realizado por Said, em nenhum momento desconsideram a importância do retorno do conceito. Talvez tão importante quanto o que o autor propôs foram os debates iniciados por ele, os quais sedimentaram a nova interpretação do termo nas discussões acadêmicas e públicas.

2.4. Comparação entre os dois autores

A mera apresentação das principais ideias de Bernard Lewis e Edward Said já torna aparentes os pontos fundamentais de discordância entre os dois. Para complementar o que já foi analisado, buscamos os debates diretos entre os dois autores, o que nos permite complementar o material e compreender melhor o confronto de interpretações entre eles.

O principal embate direto entre os autores se deu após a publicação de *The Question of Orientalism* na *The New York Review of Books*, em 1982. Neste artigo, Lewis criticou alguns pontos levantados no livro de Said. Ele inicia seu texto argumentando que a própria ideia de criticar os estudiosos orientalistas seria um absurdo, e utiliza os estudos sobre a Grécia Antiga como ponto de comparação. Segundo ele, os gregos não reclamam dos estudos feitos sobre seu passado terem sido empreendidos por não gregos. Para o autor britânico, as únicas críticas possíveis seriam aquelas que apontam para a insuficiência do conceito para dar conta da diversidade de assuntos que há sobre o Oriente. Este não é o caso de Said, que critica a forma como o estudo é feito e os objetivos que persegue, o que é considerado radical por Lewis.

A forma que Said percebe o Orientalismo não é a única questão passível de crítica para Lewis. O próprio recorte da pesquisa é considerado problemático, já que, tendo sido feito de forma arbitrária, ignorou diversos estudos, principalmente os centrados em países asiáticos. Ele também acusa Said de propositalmente interpretar citações de forma incorreta ao buscar argumentos para sua tese.

Ainda segundo Lewis, o próprio Said ignora o que ocorre no Oriente Médio. Primeiramente porque não consegue perceber que há trabalhos acadêmicos produzidos na região, imaginando que haveria uma quantidade limitada de conhecimento naquela região ao passo que quase tudo seria produzido no Ocidente. Segundo, por conta do fato de ter ignorado aqueles trabalhos, Lewis acusa Said de desconhecimento acerca dos estudos autocríticos realizados pelos próprios árabes.

Ao defender os estudos orientalistas, Lewis diz que o conhecimento pode ser separado do poder, e que, mesmo que haja aqueles que utilizaram os trabalhos com esse objetivo, não é o caso da maioria. Finaliza lembrando que estereótipos são inevitáveis, e que se os “orientalistas não são imunes a esses perigos, também não são seus acusadores. Os primeiros, pelo menos, têm a vantagem de alguma preocupação com a precisão intelectual e com a disciplina” (Lewis, 1982, p. 17, tradução nossa).

Said teve direito de resposta na revista, espaço que ele utilizou para apontar os erros no pensamento de Lewis. Em resposta à comparação com estudos sobre a Grécia, Said acusa Lewis de simplificar a questão. Ele afirma que “por um lado Lewis pretende reduzir o orientalismo islâmico ao status de um simples departamento de estudos que é inocente e apaixonado; por outro lado ele quer fingir que o orientalismo é muito complexo, variado e técnico para existir de tal forma que nenhum não orientalista (como eu e muitos outros) possa criticar” (Said, 1982, p. 01-02, tradução nossa).

Em resposta à crítica sobre o recorte de seu estudo, Said defende suas escolhas metodológicas apontando para a falta de necessidade de estudar tudo para a análise ser adequada à realidade. Defende igualmente que não realiza estudos mal intencionados, mas sim que a análise de Lewis é simplória ao preferir ignorar que a visão negativa da maioria dos orientalistas sobre o Oriente tem consequências.

Em relação aos estudiosos árabes, mais uma discordância entre os autores. De acordo com Said. Lewis não compreende o seu ponto. O autor palestino afirma que sabe da existência de estudos árabes, porém que esses não são respeitados e lidos pelos

ocidentais da mesma forma que os estudos ocidentais são lidos pelos árabes. Assim, não há troca de conhecimento igual como sugere Lewis.

Sobre a relação entre conhecimento e poder, Said continua a discordar de Lewis. Para demonstrar seu ponto, o autor reafirma a relação temporal entre o desenvolvimento de estudos modernos acadêmicos orientalistas e a aquisição de territórios pelos britânicos e franceses. Novamente, afirma que Lewis simplifica a questão e que por isso ignora como os trabalhos acadêmicos ofereceram argumentos para a dominação dos impérios. Segundo a autor palestino:

"Afirmar que esta é uma questão de não defender causas 'da moda' não é o suficiente para resolver a questão de por que, por exemplo, tantos especialistas sobre Islã trabalham ativamente, eram e ainda são rotineiramente consultados por governos cujos projetos no mundo islâmico são a exploração econômica, dominação ou agressão pura e simples. Ou por que tantos estudiosos sobre o Islã - como Lewis - voluntariamente sentem que é parte de seu dever montar ataques contra povos árabes modernos ou islâmicos com o pretexto de que a cultura islâmica 'clássica' pode, contudo, ser o objeto de preocupação acadêmica desinteressada" (Idem, p. 3, tradução nossa).

É possível resumir a resposta de Said a Lewis na ideia de que o autor britânico simplifica a problemática apresentada em *Orientalismo*. Said defende que isso ocorre porque Lewis não tenta compreender seu trabalho, mas sim defender suas ideias iniciais sem se basear em uma leitura crítica da realidade dos estudos orientalistas. Não surpreendentemente, Lewis afirma a mesma coisa sobre Said, como é visível em sua resposta publicada na mesma edição.

Lewis começa afirmando que “é difícil argumentar com um grito de raiva” (*Idem*, p. 13, tradução nossa). Supostamente isso ocorreria por que Said politiza a questão em vez de tentar respondê-la academicamente. O autor britânico por isso não responde às acusações sobre sua atuação governamental e social favorável a políticas americanas e de aliados. Ele chega a afirmar que Said imagina algumas de suas afirmações e que distorce a realidade árabe para o bem de seu argumento. Ele finaliza com uma afirmação que exemplifica sua visão sobre o trabalho do palestino: “A tragédia do

Orientalismo, escrito pelo senhor Said, é que pega um problema genuíno de real importância e reduz ao nível de polêmica política e abuso pessoal” (*Idem*, pag. 18, tradução nossa).

Embora essa tenha sido a principal interlocução direta entre os dois autores, isso não finaliza as críticas trocadas entre eles. Até mesmo porque Said cita Lewis diretamente como o exemplo de orientalista em *Orientalismo*. Tais acusações seriam aprofundadas em *Covering Islam*, onde ele afirma que o britânico é um dos “piores ofensores” (Said, 1997, p. 33, tradução nossa) na guerra cultural contra o Islã.

Said o classifica como um dos principais pensadores ocidentais sobre o Oriente Médio, embora sua opinião não tenha se alterado em nada após décadas de estudo e tenha, até mesmo, tornado-se mais estridente e reducionista ao passar dos anos. As ideias de Lewis seriam provenientes do século XIX, quando o Islã seria percebido como um perigo para a cristandade e os valores liberais. Tais ideias continuariam úteis politicamente, pois oferecerem um mundo explicável para “nós, ocidentais,” onde o Islã seria o desconhecido do outro lado.

Ao revisar o trabalho feito em *Orientalismo*, Said (*Idem*, p. 34) reafirma sua opinião sobre a obra de Lewis:

"Como assinalei sobre Lewis no meu livro Orientalismo, seus métodos são a observação sarcástica, a utilização fraudulenta de etimologia para fazer grandes argumentos culturalistas sobre todo um conjunto de povos, e, não menos repreensível, sua total incapacidade de conceber que os povos islâmicos têm direito às suas próprias práticas culturais, políticas e históricas, livres da tentativa calculada de Lewis de mostrar que, porque eles não são ocidentais (noção da qual tem uma compreensão extremamente tênue), não podem ser bons."

Um ponto repetido constantemente por Said é a visão genérica que o britânico oferece ao utilizar constantemente a palavra *mulçumano* para descrever todas as visões possíveis da região. Said argumenta que esse tipo de pensamento impede a compreensão das mudanças históricas, da agência humana, e de que nem todos os muçulmanos pensam igual desde o século XVII. O resultado disso é a impossibilidade de discussão concreta do presente.

Não surpreende sua resposta ao artigo "The Roots of Muslim Rage", de Lewis (1990), já discutida neste capítulo. Said afirma que o texto tenta caracterizar os muçulmanos como um grupo terrivelmente enfurecido com o mundo exterior, que insiste em perturbar sua quase primitiva calma e regra incontestável. E os motivos dessa raiva não seriam causados por motivos externos, mas sim seriam somente uma tentativa de culpar os outros (*Idem*, pag. 37).

Como já anotado, Lewis utiliza constantemente o pronome *nós* para se referir ao ocidente, o que resulta em mais críticas de Said:

"Não só são muçulmanos e 'nós' desligados um do outro, apesar de literalmente séculos de empréstimos e contatos, que Lewis totalmente nega, mas 'eles' são os condenados à raiva e ao irracionalismo enquanto 'nós' aproveitamos o nosso racionalismo e supremacia cultural. Nós representamos o real, isto é, o mundo secular; eles trilham e gritam e espumam em um mundo que é pouco mais do que uma fantasia pueril. Finalmente, o 'nosso' mundo é o mundo de Israel e do Ocidente; deles é do Islã e do resto. 'Nós' devemos nos defender contra eles, não por política ou debate de questões, mas pela hostilidade incondicional" (Idem, pag. 37).

As críticas de Lewis a Said variam do estilo de escrita até um suposto preconceito contra o Ocidente. Em seu livro sobre o Islã, Lewis (2002) remete ao autor palestino para apontar tanto trechos que considera pretensiosos, confusos ou insignificantes. No ano que publica tais críticas, *Orientalismo* já é um livro consagrado, tanto socialmente quanto academicamente, porém Lewis não crê que isso ocorra pela influência nos debates pós-coloniais. A resposta dele ao sucesso da obra de Said é de que as pessoas buscam soluções simples a questões complexas. Said ofereceria isso ao dar resposta para a realidade árabe atual responsabilizando o Ocidente por tudo que há de errado. E essa resposta, segundo Lewis, se baseia em um sentimento anti-Ocidente. Para o autor britânico, quem realmente cria a tensão em dois lados é Said, ao contrastar constantemente Leste e Oeste, Oriente e Europa, Nós e os Outros. Essa diferenciação levaria à crença de que todos os europeus são necessariamente racistas. Por fim, Lewis escreve que, para manter tal visão, Said ignora os trabalhos que não a confirmem.

Em suma, as diferenças entre os dois autores se mantêm ao longo das décadas e trabalhos.

2.5 Considerações preliminares

Buscamos neste capítulo revisar os pontos principais das teorias de Bernard Lewis e Edward Said e compará-las para aprofundar o debate sobre os possíveis significados do Orientalismo. Embora reconheçamos que o conceito do Said tenha maior influência atualmente, é preciso igualmente compreender a origem do debate.

Lewis nos oferece a visão de um estudo acadêmico dos países do Oriente Médio e Ásia em grande medida impermeável à possível influência política. Os estudos realizados por autores europeus e americanos são percebidos simplesmente como movidos por curiosidade intelectual desinteressada. Podem ser até mesmo compreendidos como benéficos, já que os estudos sobre o passado dos países islâmicos não seriam realizados sem os ocidentais.

Já Said nos oferece uma perspectiva crítica de tais estudos ao considerar os interesses políticos de sua utilização. Ele aponta para a relação entre os impérios europeus e americanos no Oriente Médio e o crescimento dos estudos sobre os países da região. Não há um Oriente que esteja escondido atrás daquilo que os orientalistas apresentam, mas sim interpretações alternativas onde a imagem de homens irracionais, congelados no tempo não é a única possível.

Na percepção de Said, o Orientalismo se baseia nas imagens orientais que são construídas pelo Ocidente. Todavia o autor não informa como isso ocorre, os meios e os responsáveis. É esse fator que oferece a visão abrangente que se tem do Orientalismo e permite tantos debates.

Como mencionado anteriormente, podemos compreender o conceito de diversas formas. Porém, nosso foco será a construção do discurso que desqualifica o Oriente através da repetição constante de certas narrativas, como a da violência, a da opressão a mulheres e a da impossibilidade democrática. O objetivo não é negar as problemáticas da região árabe, mas sim apontar que quando se escolhe somente uma forma de contar a história, esta será a única possível para a formação da opinião da maioria das pessoas. E isto interessa a alguém, principalmente neste caso por permitir a justificativa do

imperialismo europeu e americano -- o que obviamente não parece correto se considerarmos que o conhecimento serve para esclarecer e não para ludibriar.

A partir do conhecimento sobre Orientalismo, partimos para a análise de como ocorre a construção de narrativas na mídia. Buscamos compreender como o discurso sobre o Oriente Médio ocorre neste ambiente e como ele se insere no debate maior. É fundamental compreender como a mídia e a academia dialogam sobre as percepções da realidade.

3 – Orientalismo na mídia

3.1 Apresentação

Após debater os possíveis significados do orientalismo e a metodologia adequada para a análise da mídia, vamos no presente capítulo focar a literatura acadêmica que trata das representações midiáticas do Oriente na mídia dos países ditos ocidentais. O objetivo aqui é compreender como outros estudos que nos precederam perceberam o orientalismo em matérias jornalísticas, inserindo este trabalho em uma discussão mais ampla.

Este debate foi iniciado pelo próprio Edward Said, em seu livro *Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World*. Neste livro, Said avalia como a mídia americana tratou os países árabes e os muçulmanos estadunidenses, com ênfase na cobertura do sequestro na Embaixada americana em Teerã, no Irã, entre 1979 e 1980.

O caminho aberto por Said foi explorado por diversos autores em diferentes países, como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Os trabalhos apresentam metodologias diferenciadas, porém suas conclusões são parecidas, apontando para uma cobertura desproporcionalmente negativa. Estes resultados são encontrados igualmente em estudos sobre a mídia brasileira, a qual já demonstra um padrão em sua cobertura, embora ainda pouco estudada.

O presente capítulo se divide em três partes. A primeira revisa o trabalho de Said, nos permitindo compreender o início do debate. Este debate foi reacendido de diferentes formas e em diferentes países, e este é o cerne da segunda parte deste capítulo. Por fim, analisamos estudos realizados sobre a mídia brasileira, buscando compreender melhor como ela tratou o tema em diferentes momentos.

3.2 Said e Orientalismo na mídia

O livro *Covering Islam* foi o terceiro da trilogia escrita por Said com a proposta de “tratar o relacionamento moderno entre os mundos do Islã, árabes e o Oriente de um lado e no outro o Ocidente: França, Grã Bretanha e, particularmente, Estados Unidos” (Said, 1997, p. XLIX, tradução nossa). O primeiro foi *Orientalismo* (1978) e o segundo

The Question of Palestine (1979), que abordou o conflito histórico da população palestina, o governo britânico e o movimento sionista.

Covering Islam teve como principal objetivo analisar a cobertura do islamismo na mídia estadunidense e a estratégia do governo americano a uma região de imensa importância para os interesses geopolíticos e econômicos norte-americanos. Ele também examina a conexão entre o retrato que a mídia reproduz do Islã, a comunidade de "especialistas" norte-americanos na região islâmica, e a influência dos interesses políticos de Israel e dos EUA sobre o conteúdo veiculado pela mídia.

Said inicia a introdução, de 1997, reconhecendo os eventos das duas últimas décadas, como ataques terroristas realizados por extremistas islâmicos e a diminuição da democracia em países árabes. Todavia, esta conjuntura não justifica a adoção de uma visão genérica sobre a região islâmica como as recorrentes na mídia americana. Como ele aponta:

“Minha preocupação, porém, é que a simples utilização do rótulo ‘Islã’, seja para explicar ou condenar indiscriminadamente, transforma-se em uma forma de ataque, que por sua vez provoca mais hostilidade entre automeados porta-vozes muçulmanos e ocidentais. O ‘Islã’ define uma proporção relativamente pequena do que realmente ocorre no mundo islâmico, onde reside um bilhão de pessoas, e inclui dezenas de países, sociedades, tradições, línguas, e, é claro, um número infinito de diferentes experiências” (Said, 1997, p. 15-16 – tradução nossa).

É reconhecível que a mídia generalize diferentes grupos politicamente minoritários, como negros ou latinos (Gilliam e Iyengar, 2000)¹¹, porém o autor acredita que a forma sistemática pela qual isto é realizado contra os islâmicos “não poderia ocorrer com nenhuma outra religião, cultura ou grupo demográfico” (Said, 1997, p. 16 – tradução nossa). Isto se dá pelo trabalho contínuo de associação de cultura e religião islâmica a características negativas. O maior exemplo é o uso da palavra *fundamentalista*,

¹¹ Obviamente não há competição em termos de qual grupo é representado de forma mais negativa, afinal as consequências são observadas de formas diferentes. A diferença que Said encontra é a relação entre a política externa americana e israelita, e a atuação da mídia para a construção de uma imagem que permita que a opinião pública apoie políticas de dominação e violência contra os povos árabes.

empregada inicialmente para certos grupos cristãos, porém, na atualidade, associada automaticamente com islâmicos em geral, independentemente de variáveis internas.

A questão é o motivo que leva a tal representação. A resposta encontrada pelo autor é que os islâmicos seriam os “vilões” ideais para justificar as atitudes americanas e israelitas internacionalmente. Ele, a partir disso, retoma diversos ataques a países árabes, como bombardeios e ocupações, como também ações diplomáticas para impedir a criação do Estado palestino. Said aponta que a política americana em relação ao Oriente Médio visa o interesse de quatro milhões de israelitas sobre o de duzentos milhões de árabes muçulmanos (*Idem*, p.23).

Se há risco de que essas atitudes, bombardeio e ocupações, sejam vistas como injustas, é preciso que algo as tornem justificáveis, permitindo que o governo tenha aprovação de seus cidadãos. A solução seria, então, a constituição de um imaginário segundo o qual aqueles que sofrem as consequências dessas políticas públicas não são vítimas, mas sim inimigos que apresentam riscos e precisam ser contidos. De tal forma, se os EUA invadem um país islâmico, não o fazem em prol de seus interesses econômicos, mas sim para eliminar uma ameaça ao povo norte-americano, levando também a democracia e a liberdade à população daquele país (*Idem*, p.23).

O fundamental é compreender como os objetivos do governo americano acabam influenciando a cobertura realizada pela mídia. Said apresenta uma análise da evolução temporal dessa assimilação. Ele inicia o primeiro capítulo citando o exemplo de comercial transmitido em 1980, com a imagem de diversos líderes de países islâmicos enquanto o narrador afirma que “aqueles homens” controlavam o petróleo de que os norte-americanos necessitavam. Segundo o autor, em poucos segundos não só era estabelecida a diferença entre *nós* e *eles*, como o outro grupo era também definido como adversário -- afinal eles controlam algo que é necessário para a vida americana.

Esse é o primeiro de diversos exemplos que o autor utiliza. O autor passa, então, para a análise de colunas de jornais e revistas semanais. Said identifica nesses textos a imagem consistente do Islã como algo negativo, “um desafio” a ser “encarado”, até mais do que o comunismo. A “troca de inimigos” entre o comunismo e o Islã já teria ocorrido dois anos após o fim do sistema soviético, como exemplo aponta para matéria no Los Angeles Times em 1991 (*Idem*, p. 91).

A contínua publicação de textos dessa natureza ajuda a moldar a realidade. Ao escolher oferecer somente um tipo de notícias, as negativas, os jornais somente oferecem uma visão parcial da realidade, e é essa que influenciará a maneira como as pessoas percebem o assunto¹². No caso, a criação de conceitos fixos sobre o que são o Islã e o Ocidente resulta em duas questões, como Said (*Idem*, p. 94, tradução nossa) aponta:

“Devemos, portanto, lembrar que o ‘Islã’, o ‘Ocidente’, e até mesmo o ‘Cristianismo’ funcionam pelo menos de duas maneiras diferentes, e produzem pelo menos dois significados cada vez que são usados. Em primeiro lugar, eles realizam uma função de identificação simples, como quando dizemos Khomeini é muçulmano ou o Papa João Paulo II é cristão. [...] A segunda função destas várias etiquetas é produzir um significado muito mais complexo. Falar de ‘Islã’ no Ocidente, hoje, significa diversas coisas desagradáveis às quais já me referi. Além disso, é improvável que o Islã signifique algo diretamente ou objetivamente para as pessoas. O mesmo acontece com o nosso uso de ‘o Ocidente’”.

A partir de tal percepção, Said muda o foco para os estudos acadêmicos e como os mesmos percebem a relação entre o “Ocidente” e o “Islã”¹³. O importante é notar que estes estudiosos não são cerceados pelas paredes universitárias. Eles contribuem para a criação desta visão dos muçulmanos por meio de sua atuação junto ao governo, participação em programas televisivos e produção de artigos em jornais e revistas. A autoridade de suas posições como acadêmicos ajuda a sedimentar a ideia de que aquilo que falam é baseado em fatos científicos, e não em ideologia.

Após a análise de diferentes materiais, Said (*Idem*, p. 137) chega a cinco conclusões:

- I. Só há um enquadramento específico para o Islã.

¹² É preciso reconhecer que a mídia não oferece as únicas bases de interpretação da realidade, por isso não é a única a dificultar a percepção de realidades externas como complexas e multifacetadas. Todavia ela nos oferece uma das principais ferramentas para tal, por isso é preciso reconhecer sua importância.

¹³ Segundo Said essa dicotomia, “Ocidente” e “Oriente” ou “Cristandade” e “Islã”, é fundada na percepção de que o “Ocidente” já teria superado a importância da religião na sociedade, enquanto o “Oriente” se resumiria ao “Islã” (*Idem*, p. 95)

- II. O seu significado ou mensagem continua, em geral, a ser circunscrito e estereotipado.
- III. A política de confronto foi estabelecida, colocando "nós" contra "o Islã".
- IV. A imagem redutora do Islã teve consequências no próprio mundo islâmico.
- V. A representação do Islã na mídia e a atitude cultural em relação ao islamismo não só nos dizem muito sobre a visão sobre o Islã, como também sobre as instituições na cultura, as políticas de informação e conhecimento e, por fim, sobre a política nacional norte-americana.

Na seção seguinte, verificaremos se os trabalhos de análise sobre árabes e islâmicos na mídia concordam com as teses de Said. Antes, contudo, é preciso identificar uma possível crítica ao trabalho realizado por Said. Embora apresente ideias fundamentais e analise com profundidade o material, este é muito limitado em sua abrangência e os critérios de sua seleção não são claros. Mesmo sabendo que toda escolha possui um viés, Said não apresenta a metodologia utilizada para efetuar escolha, abrindo flanco para a crítica de que poderia ter selecionado somente textos que confirmem sua teoria.

3.3. Análise dos estudos sobre a mídia internacional

Como já dissemos, o texto de Said foi pioneiro, e muitos vieram a seguir. O trabalho realizado por Baker, Gabrielatos e McEnery (2013), por exemplo, é um deles. Os autores analisaram uma extensa base de dados compostas por jornais e tabloides britânicos no decorrer de 10 anos, entre 2000 e 2009, com o objetivo de analisar a linguagem usada para representar os muçulmanos e o Islã, principalmente ao longo do tempo. Certos temas foram tratados especificamente: o terror, o efeito do 11 de Setembro, extremismo e moderação, coletividade e individualidade, utilização do véu pelas mulheres.

Os autores analisaram primeiramente textos contendo termos relacionados à religião. A utilização de associação entre palavras demonstrou que pelo menos 75% das notícias que utilizaram a palavra *Islã* usaram também a palavra *terror*, demonstrando a contínua relação entre os dois termos (Baker *et al*, 2013, pag. 51). Na conclusão, escrevem os autores:

"Este capítulo mostrou que a apresentação do Islã e dos muçulmanos em jornais britânicos no período de doze anos, entre 1998-2009, foi predominantemente realizada em um contexto de conflito, e a religião e seus fiéis eram frequentemente retratados como motivos de preocupação, até mesmo como fontes de ameaça. É notável que o termo terror ocorre mais frequentemente do que Islã em um corpus em que o Islã foi um dos nossos termos de pesquisa" (Idem, pag 65 – tradução nossa).

Estas não são as únicas associações negativas observadas. Como indicam, há uma tendência a associar a conversão ao Islã com terrorismo e outras formas de crueldade. Outras associações entre conversão e características negativas são alcoolismo, ociosidade, tráfico de drogas, doenças mentais, sexismo.

Os autores demonstram que o padrão negativo não é contínuo, no entanto. Por exemplo, o número de uso do termo “terror” em 2008 e 2009 sugere que houve diminuição no número de histórias que envolvem o islã com tal palavra. Esses casos são importantes por demonstrarem a volatilidade da cobertura, a depender, como é de se esperar, de eventos que influenciam as notícias.

O que podemos inferir, portanto, é que a cobertura é mais complexa do que aparenta. Embora Said classifique o trabalho midiático como claramente negativo em relação aos países árabes, os dados desta pesquisa indicam resultados muito mais sensíveis, onde esta mensagem não é tão óbvia. Como apontam:

"No entanto, em geral, não encontramos uma grande quantidade de evidências explícitas de estereótipos extremamente negativos e generalizantes sobre o Islã, seguindo a ideia de que os 'muçulmanos odeiam o Ocidente' ou de que 'o Islã é uma religião violenta (Trust, 1997). A maioria dos jornais tiveram o cuidado de evitar tais alegações, pelo menos abertamente. O que emergiu em vez disso é um quadro mais sutil e ambivalente, o que contribui indiretamente para estereótipos negativos. Por exemplo, no capítulo 2, vimos como a imprensa britânica usou a palavra terrorismo (e formas relacionadas, como terrorista) mais frequentemente em histórias sobre os muçulmanos e o Islã do que as palavras que realmente se referem ao

conceito do Islã. Além disso, um conjunto mais amplo de palavras que se refere a conflito ocorreu cinco vezes mais do que os termos da consulta relativos ao Islã que usamos para construir o nosso corpus"
(*Idem, pag. 255 – tradução nossa*)

Trabalhos anteriores confirmam tal visão, como o estudo realizado por Shahram Akbarzadeh e Bianca Smith (2005), que examinaram jornais australianos entre 2001 e 2004. Eles concluíram que reportagens islamofóbicas eram raras, porém o uso recorrente de expressões como “terrosimo islâmico e “fanáticos muçulmanos” transformou os termos em representações da religião. Outras construções utilizadas identificam muçulmanos como imaturos, atrasados e estrangeiros. Isso indica que embora haja uma preocupação em representar os muçulmanos australianos de forma heterogênea, a utilização de enquadramento negativos em parte considerável dos textos permaneceu. É importante lembrar que matérias que não sejam islamofóbicas ainda podem utilizar imagens desfavoráveis a muçulmanos.

Os autores notam também que a despeito de a "Indonésia, o nosso vizinho mais próximo da Ásia”, ter a maior população muçulmana do mundo, as imagens dominantes e frequentes do islamismo vêm do Oriente Médio e abundam na mídia australiana as representações de homens vestidos de branco com longas barbas e de metralhadoras nas mãos e as mulheres sem instrução atadas em hijabs e burkas." (Idem, p. 05). Isto demonstra que a escolha sobre a representação dos muçulmanos não é determinada pelos acontecimentos a volta do país, mas sim pela visão tradicional sobre os muçulmanos árabes.

De maneira similar, Kevin Dunn (2001), ao analisar jornais australianos, encontra uma representação dos muçulmanos predominantemente negativa, com termos como fanáticos, intolerantes, fundamentalistas, misóginos e estrangeiros aparecendo em 75% das matérias.

Ainda sobre a mídia australiana, Benjamin Isakhan (2010) faz uma revisão histórica do das publicações, desde o início do século XX, buscando compreender a base da cobertura parcial na atualidade. Ao confirmar que já havia os padrões orientalistas em tal época, o autor apoia a tese de Said da existência histórica de tal percepção. Não há muita diferença do que era dito no século retrasado e o que é dito atualmente, mesmo após toda a proximidade engendrada pelo processo de globalização.

Acadêmicos ingleses igualmente se interessaram pelo estudo da mídia nacional, como Elizabeth Poole (2002). Ela analisou todos os artigos sobre muçulmanos britânicos nos principais jornais do país, como *The Guardian* e *The Times*, entre 1993 e 1997, e *The Sun* e *Daily Mail*, publicados em 1997. Ela conclui que os muçulmanos britânicos foram muitas vezes representados como irracionais e antiquados, envolvidos em corrupção e crime, extremistas, fanáticos, influenciados politicamente pelos muçulmanos fora do Reino Unido, e uma ameaça aos valores liberais e democráticos.

Tendo o mesmo interesse, Greg Philo e Mike Berry (2004) verificam a existência do mesmo problema a partir de uma análise focada na cobertura do conflito Palestina-Israel em canais de televisão britânica entre 2000 e 2002. Eles argumentam que a mídia fez uma cobertura parcial do lado sionista, através de reportagens favoráveis e espaço para líderes do governo israelense, enquanto o mesmo não foi feito para a resistência palestina.

Já Kerry Moore, Paul Mason e Justin Lewis (2008) utilizam análise de conteúdo na aplicação de um sistema de categorização de 974 artigos sobre o Islã na imprensa britânica entre 2000 e 2008. Eles identificaram que as histórias centradas no extremismo ou diferenças entre a cultura islâmica e o "Ocidente" aumentaram ao longo do tempo, ao passo que as histórias sobre os ataques a muçulmanos ou problemas que eles enfrentam diminuíram. Como o estudo de Baket et al (2013), também esse estudo também demonstrou a relação do Islã com terrorismo, principalmente porque as notícias aumentam com os ataques terroristas no país.

Por fim, Yusuf Devran (2007) foca a análise das diferentes imagens da Turquia que são criadas pela mídia britânica. Nas palavras do autor:

"A outra frase comumente usada para descrever a Turquia é 'democracia islâmica'. Desta forma, a mídia britânica enfatiza a separação, em vez da afinidade entre muçulmanos democráticos e cristãos usando a frase 'democracia mulçumana'. Esta abordagem mostra que a mídia britânica rearticula o discurso da abordagem orientalista, ou seja, a distinção entre 'nós' e os 'outros', no que tange o Ocidente e Oriente." (Devran de 2007, pag. 107)

Karim H. Karim (2003) nos oferece análise sobre outro país "ocidental" ao se debruçar sobre a cobertura realizada pela mídia canadense desde o início da década de 80. Ele

argumenta que houve diversas representações errôneas e estereotipadas dos muçulmanos, devido à falta de conhecimento sobre religião, sociologia, política e história das pessoas e dos países árabes, mas não por uma conspiração jornalística contra o Islã (Karim, 2003, pag. 04). É preciso apontar que o autor possui uma visão positiva sobre a mídia, acreditando que não há consequências à reprodução de estereótipos – o que o difere dos trabalhos analisados até o momento.

Um estudo que oferece outra perspectiva, é o de Necla Mora (2009). Ela observa a atuação orientalista de forma distinta, ao analisar como a internalização deste discurso ocorre em países árabes, usando a Turquia para um estudo de caso. Ela defende que o discurso é utilizado para a subjugação da maioria e, portanto, a manutenção da hegemonia:

"O objetivo deste estudo é mostrar que algumas elites simbólicas que internalizam a hegemonia destinada estereotipada do discurso 'orientalista' do Ocidente causam os clichés 'orientalistas' serem gravados na memória da sociedade e fazem com que a sociedade se veja através de um ponto de vista 'orientalista'; e, conseqüentemente, o segundo anel da hegemonia é reproduzido por algumas elites simbólicas que representam o poder/autoridade no interior do país; e discurso 'orientalista' desativa e afasta a sociedade e, conseqüentemente, serve para formar a hegemonia e prevê a continuação do atual status quo" (Mora, 2009, pag. 421).

Mora nos auxilia na percepção de que o Orientalismo é um discurso mobilizado por diferentes grupos, até mesmo aqueles que supostamente seriam vítimas dele. A elite turca o promove para justificar a situação de desigualdade, tanto interna quanto externa, através da história e cultura, isentando da responsabilidade aqueles que estão no poder.

Como podemos perceber, as pesquisas sobre orientalismo na mídia nos apresentam diversos aspectos. Embora tenham analisado épocas e países distintos, podemos fazer algumas considerações gerais. Primeiramente, é visível que a atuação midiática é vista de diferentes formas. Enquanto alguns apontam para um maior equilíbrio nas notícias (Baker *et al*, 2013; Akbarzadeh e Smith, 2005; Karim, 2013), outros acreditam que as matérias demonstram tendências negativas em relação aos muçulmanos (Dunn, 2006; Awass, 1996; Poole, 2002; Philo e Berry, 2004; Isakhan, 2010; Moore *et al*, 2008).

Quantitativamente, o segundo é mais recorrente. É preciso lembrar que nenhum dos autores se utiliza de subterfúgios simplistas para compreender o trabalho jornalístico. Nenhuma das justificativas dadas se baseia na ideia de simples maquinação dos jornalistas contra o Oriente Médio e os árabes como um plano maior contra a região. Embora concordemos que nenhuma resposta é única ou tão simples, ressaltamos que nosso objetivo não é questionar a intenção dos jornalistas, mas sim compreender como o trabalho jornalístico auxilia a construção da realidade.

Além disso, a narrativa empregada varia de acordo com os eventos que ocorrem, tanto internamente quanto no exterior, como é de se esperar. Deve-se notar, contudo, que a cobertura posterior a 2001 apresenta maior cuidado, não recorrendo aos estereótipos negativos tão frequentemente quanto aquela feita no período anterior (Baker *et al*, 2013; Akbarzadeh e Smith, 2005). Como justificativa tais autores indicam o maior interesse e interação com o Ocidente Médio, permitindo maior conhecimento da população, de seus usos e costumes.

Finalmente, como indicado por Said desde *Orientalismo*, a criação do imaginário de dois grupos, nós “Ocidente” e eles “Oriente”, foi apontada em todos os trabalhos analisados. Isso nos interessa como introdução à questão de como os jornais brasileiros observam o Oriente Médio e sua relação com o nosso país.

3.4. Análise dos estudos sobre a mídia nacional

Após revisarmos a bibliografia relacionada ao orientalismo na mídia internacional, observamos mais especificamente o caso da mídia brasileira. Encontramos sete trabalhos sobre a temática: três dissertações, quatro artigos e um livro. É visível, portanto, o parco material sobre o assunto, o que não surpreende considerando a falta de estudos sobre mídia brasileira fora do campo das eleições. Isso confirma a importância do nosso estudo, auxiliando a maior compreensão de como a mídia contribui para a construção da nossa percepção do mundo.

A dissertação de Luiz Antônio Araújo, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2013, analisa a narrativa das quatro maiores revistas semanais de notícias do país: Veja, Época, Isto É e Carta Capital. O autor se utilizou da Análise de Discurso para

compreender a construção das notícias relacionadas ao Oriente, Islã, árabes e muçulmanos.

O corpus da pesquisa foi constituído de Sequências Discursivas (Sds) extraídas de 53 números das quatro revistas durante o ano de 2011. Este ano foi marcado não apenas pela Primavera Árabe, como também pela captura e morte do líder da rede Al-Qaeda Osama bin Laden, além de ter sido o ano do décimo aniversário dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington. Araújo buscou reportagens contendo as palavras “Oriente”, “oriental”, “orientais”, “Islã”, “islâmico”, “islâmicos”, “árabe”, “árabes”, “muçulmano” e “muçulmanos”. Ao todo, foram coletados 70 textos da Veja, 41 da Carta Capital, 26 da Isto É e 41 da Época, somando 178 textos. A análise dos mesmos resultou em 15 Sequências Discursivas (SDs), que remetem a Formações Discursivas (FDs) relacionadas as temáticas escolhidas.

As FDs mapeadas na pesquisa foram três:

“a) a de que o Islã em geral, e o fundamentalismo islâmico em particular, devem ser compreendidos em termos de cognição e de saúde mental (FD1), à qual nos referiremos neste trabalho também por meio da denominação ‘Islã Insano’;

b) a de que o Islã é uma religião cismática (FD2), à qual nos referiremos também como ‘Islã Cismático’;

c) a de que o mundo árabe e islâmico tem uma essência imutável, que se mantém desde a Idade Média e mesmo períodos anteriores, caracterizada por autoritarismo, violência, crueldade, fanatismo e malícia (FD3), à qual nos referiremos também como ‘Oriente Imutável’” (Araújo, 2013a, pag. 98).

As três formações discursivas apontadas por Araújo são pejorativas em relação ao Oriente Árabe e aos muçulmanos. Como o próprio autor aponta:

“Todas essas SDs, ao obter trânsito no espaço do jornalismo de revista, falam de um mundo desconhecido para a maioria dos leitores dessas publicações. Alguns dos autores estão ou estiveram nos lugares sobre os quais falam, o que aumenta a autoridade daquilo que dizem. A referência a camelos utilizados como montarias

militares num ataque no qual também foram utilizadas pedras, facas, lanças, catapultas e outras armas que parecem saídas de um museu da guerra, merece o seguinte comentário: “como se trata do Egito”. O leitor é convocado a participar do consenso a respeito de o quão é natural uma carga de camelo [...] no Egito; afinal, “se trata do Egito”. [...] Da mesma forma, a referência às pragas bíblicas serve mais para mobilizar estereótipos a serviço a principal preocupação de Veja (a ameaça islâmica, tema recorrente no discurso da revista) [...] (Idem, pag. 118).

Araújo continuou a estudar o orientalismo em um artigo também publicado em 2013, no qual foca a parte teórica, e revisa o trabalho de Said e sua relação com a teoria sobre o discurso. Para tal, faz um exercício de comparação entre uma descrição realizada por Machado de Assis e textos de autores atuais da *Veja*. Em 1876, o escritor brasileiro afirmou: “Dou começo à crônica no momento em que o Oriente se esboroa e a poesia parece expirar às mãos grossas do vulgacho” (ASSIS, 1997, p. 335), ideias genéricas não muito distantes das professadas pelo repórter Diogo Schelp em 7 de setembro de 2011, publicada na *Veja*: “Said Qutb [intelectual egípcio] tinha um problema pessoal com o estilo de vida ocidental: em 1949, ele estudou nos Estados Unidos e ficou incomodado com o comportamento dos americanos, os quais considerava sexualmente promíscuos. Ou seja, por ser pudico (e também por ter sido rejeitado por uma americana), odiava o Ocidente” (SCHELP, 2011, p. 107). 135 anos separam os dois textos, porém ambos exemplificam as ideias genéricas sobre o Oriente Médio que ainda permeiam a mídia brasileira.

Outra pesquisa foi realizada por Isabelle de Castro, que analisa a cobertura midiática em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe da Universidade de São Paulo em 2007. Seu trabalho se pautou na cobertura realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no que se refere a árabes e muçumanos nos meses anteriores e posteriores aos atentados de 11 de setembro de 2001 -- de 11 de março a 9 de abril de 2001 e 11 de março a 9 de abril de 2002. Ela utilizou a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough para analisar as escolhas lexicais dos recortes propostos.

A partir da análise, Castro aponta algumas conclusões. A primeira é que o Orientalismo esteve presente nos dois recortes, tanto antes como após 11 de setembro de 2001.

Enquanto, no primeiro corte, a violência perpetuada pelos árabes e muçulmanos foi destacada, no segundo, a violência contra eles foi mitigada pelos jornais. Castro demonstra isso a partir do fato de que palestinos, albaneses e *talibans* foram apresentados como agentes de práticas violentas em 47,07% e 60,8% do total de textos em OESP e FSP, respectivamente. Depois do 11 de setembro, quando palestinos e afegãos eram as vítimas de ataques respectivamente do exército israelense e norte-americano, o número de reportagens sobre eles caiu nos dois jornais para 39,09% em OESP e 48,17% na FSP.

A segunda conclusão apontada é a de que estereótipos foram difundidos. Um deles é o do palestino terrorista, encontrado em ambos os recortes, com ênfase no pós-11 de setembro. Isso se deve à incorporação da noção de terrorismo e correlatos difundida pelos governos israelense e norte-americano, sem nenhum questionamento dos noticiários. Outro foi o do muçulmano opressor, encontrado principalmente antes do 11 de setembro. O uso de sintagmas como “grupo extremista islâmico” para classificar o *Taliban* foi uma forma de difundir a ideia de que muçulmanos são opressores.

A terceira é que velhas imagens continuam vivas nos dois jornais, principalmente na FSP. Certos estereótipos como as mulheres muçulmanas oprimidas, principalmente pelo uso do véu, e a violência inerente aos árabes e muçulmanos continuam ativas no imaginário da modernidade tardia. Como Castro afirma:

“A ideia de que os árabes e muçulmanos são violentos remonta à Idade Média, mas se associa a um conceito mais moderno, o de que devem ser contidos por meio da dominação ‘ocidental’, de um ‘Ocidente civilizado’ que deseja conter um ‘Oriente bárbaro’. A expressão ‘missão civilizadora’ do século XIX foi transfigurada para o eufemismo de ‘guerra ao terror’, sintagma que permite a aceitação mais fácil de uma intervenção militar em países árabes e/ou muçulmanos.” (Castro, 2007, pag. 157)

Por fim, a quarta é de que os dois jornais seguiram a linha de “fabricar consensos” (Idem, p. 157) utilizando-se para isso da prevalência das escolhas lexicais de discursos hegemônicos e pequeno espaço para visões contrárias em ambos jornais. Isto ocorre, por exemplo, quando se dá mais ênfase à violência que tem por agentes árabes e muçulmanos, e menos quando os agentes são o governo israelense e estadunidense. As

escolhas, neste caso, se deram ideologicamente, servindo àqueles no poder para: 1) justificar a intervenção que ocorreria no Afeganistão após o atentado; 2) manter uma zona de influência europeia na Macedônia sob observação da Otan; 3) garantir a continuidade da ocupação israelense nos territórios palestinos; e 4) justificar, futuramente, a invasão no Iraque através da difusão de mentiras, como a existência de laços entre o governo do país e a Al Qaeda.

A dissertação de Felipe Farias, defendida na Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, também busca compreender a cobertura sobre a região pós-11 de setembro, focando a revista *Veja*. O autor abordou a utilização do conceito de cultura para justificar uma missão civilizadora estadunidense. Para tal, analisou as matérias referentes ao assunto desde o atentado até a completude de um ano de invasão do Iraque em março de 2004.

A *Veja* deu grande atenção ao atentado, sendo o tema que mais recebeu páginas, somente equiparável ao impeachment de Fernando Collor de Mello – tema de grande repercussão nacional. O assunto teve seis capas seguidas e contabilizou um total de 956 páginas de matérias. Desde o início da cobertura, a revista demonstrava visão preconceituosa sobre os muçulmanos, como as afirmações feitas no dia 19/09/2001: “Como se pode lidar com terroristas cujo objetivo é retornar ao século VIII? Eles não fazem exigências, não pedem dinheiro para libertar reféns. Só querem ver sangue”.

Este é um dos exemplos que fomentam a conclusão do autor de que a revista tem uma postura de alinhamento aos interesses estadunidenses, justificando as intervenções armadas no Afeganistão e no Iraque. Igualmente, a revista adere à estratégia utilizada por Washington de criação de um novo inimigo ao conferir ao islamismo o *status* de uma religião belicosa e potencialmente ameaçadora à paz mundial e à “civilização ocidental”. Farias também destaca que a *Veja* ignorou o papel da política estadunidense para o Oriente Médio no fortalecimento do antiamericanismo na região e no aumento dos ataques terroristas. Desta forma, a revista não tenta compreender a motivação por trás da violência, concluindo que esta se baseia somente em ódio cultural.

O livro escrito por Carlos Dorneles (2003), repórter brasileiro de TV, analisou a cobertura que os principais jornais do país fizeram sobre as consequências dos atentados de 11 de setembro de 2001. Ao comparar o que foi publicado durante um ano nos jornais FSP, OESP, O Globo e Jornal do Brasil e nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, o

autor percebeu que os jornais abordaram os eventos que se seguiram aos ataques de maneira muito semelhante.

Dorneles destaca alguns exemplos, como a tendência de qualificar os palestinos como terroristas, sem a devida contextualização dos fatores que envolvem a luta pela autodeterminação do povo árabe. Como afirma, “o terror é exclusivo do outro lado [o palestino]” (Dorneles, 2003, pag. 264). Isso se deve ao fato de que a mídia nacional só atribui a prática terrorista a atores não governamentais, ignorando assim massacres e crimes cometidos pelos governos estadunidense e israelense.

O autor sugere que a imprensa brasileira, assim como outras do chamado mundo ocidental, foi “refém e cúmplice” da norte-americana. Repetindo assim a atitude de ignorar os massacres, o desrespeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, como também a destruição de um país pobre [Afeganistão] pela maior potência militar do planeta. Por isso que o nome de seu livro, que faz alusão ao artigo escrito por José Saramago, é tão contundente: *Deus é inocente, a imprensa não*.

Outros trabalhos sobre a Primavera Árabe foram publicados, como o de João Moura e Silva e Ada da Silveira (2002). Eles investigaram a cobertura da Folha de S. Paulo aos protestos que levaram a deposição de Hosni Mubarak no Egito, em 2011. O material estudado toma o período entre os dias 26 de janeiro e 18 de fevereiro, somando 260 matérias. Os autores perceberam algumas temáticas predominantes: a) a posição do governo norte-americano perante as manifestações; b) a relação entre Egito e Israel e o tratado de paz acordado entre estes países; c) a democracia no contexto dos outros países árabes; d) Irã e Turquia, que exemplificavam duas formas de relação entre Islã e governos; e e) a Irmandade Muçulmana. Estes pontos auxiliaram a percepção do discurso orientalista na cobertura realizada pela Folha, principalmente pelo uso de estereótipos generalizantes como o suposto atraso árabe e a violência inerente a esses grupos.

Fernando Resende e Ana Beatriz Paes (2011) examinaram o discurso midiático sobre os conflitos árabes e como este é influenciado pela globalização contemporânea – em especial, pela percepção de que o Brasil está em um dos lados, o mesmo dos Estados Unidos. Isto demonstra como internalizamos a ideia do Nós e Eles, onde nosso país, logo nossa mídia, se localiza em um lado e do outro estão os países árabes que devem ser confrontados.

Embora não aborde diretamente a mídia, Silvia Montenegro (2002) elaborou um trabalho importante para compreender os efeitos possíveis da cobertura midiática. Ela estuda o olhar midiático sobre o islã no Brasil e como isso reflete nos muçulmanos brasileiros. A autora fez um estudo de campo com muçulmanos brasileiros, os quais têm uma relação problemática com a mídia brasileira antes mesmo do atentado de 11 de setembro. A autora analisa diferentes matérias publicadas sobre o tema, buscando compreender como isso influencia o grupo. O que ela conclui é que:

“A observação do contra discurso que os muçulmanos constroem em relação à ideia de que essas comunidades constituiriam uma forma de religiosidade vinculada à imigração árabe segue idêntica linha de argumentação. Ainda que possa parecer paradoxal, a ênfase exacerbada na negação das adjetivações do islamismo acaba sendo uma via para ‘localizá-lo’ e combater a ideia de que o Islã é estranho ao Brasil. [...] A ‘mirada externa’ da mídia supõe a atribuição de adscrições que ao serem contestadas não são exorcizadas, mas sim interiorizadas no discurso indentitário do grupo. No caso dos muçulmanos, esse diálogo também lhes permite argumentar acerca da tensão entre o caráter fortemente universal do islamismo e suas expressões locais” (Montenegro, 2002, pag. 84).

O trabalho de Montenegro nos permite observar como o trabalho midiático não só age na observação da realidade, mas também, para aqueles envolvidos diretamente, atua sobre sua forma de se relacionar com a realidade. Como ela aponta, os muçulmanos brasileiros têm que conviver com o preconceito social que ocorre de diversas formas, tendo assim que desenvolver sua forma única de resposta. Embora nosso trabalho não verse sobre o islã internamente, é preciso reconhecer a importância da mídia também neste aspecto.

A análise dos meios de comunicação brasileiros demonstra um padrão que reafirma o estereótipo negativo sobre árabes e muçulmanos. Independente do evento analisado, certas temáticas foram constantemente mencionadas, como extremismo religioso e terrorismo. Isso resulta na participação da mídia brasileira na reafirmação da imagem negativa dos árabes realizada pelas imprensas “ocidentais”.

3.5. Considerações Preliminares

Este capítulo foi dividido em três partes, possibilitando maior aprofundamento no debate sobre o orientalismo da mídia. Iniciamos com o trabalho realizado pelo próprio Edward Said, no qual ele afirma que a mídia atua para a promoção da política externa americana, através de viés negativo em relação aos países árabes e muçulmanos. Em seguida, revisamos trabalhos acadêmicos que colocam esta afirmação à prova. O resultado que observamos apontam para a seguinte conclusão: a cobertura perpetua imagens negativa dos grupos -- embora seja visível que certos jornais estejam mais atentos a isso e tentando buscar maior equilíbrio em seu trabalho. Por fim, observamos estudos sobre a mídia brasileira, os quais acompanharam os outros trabalhos analisados, identificando comportamento enviesado em relação aos povos árabes e muçulmanos.

Esses trabalhos nos ajudaram a interpretar os dados analisados e compreender como a nossa pesquisa participa do debate maior. Procuramos, a seguir no capítulo 4, compreender como a cobertura sobre a Primavera Árabe em 2011 se insere no debate, tentando observar se o padrão que demonstrado se mantém ou se as manifestações por democracia alteraram o discurso jornalístico.

4 – Os resultados quantitativos nos jornais

4.1. Introdução

Neste capítulo, abordaremos o resultado das análises das matérias publicadas sobre a Primavera Árabe em três jornais brasileiros. A proposta é avaliar características básicas das reportagens, como formato dos textos, datas, países citados e temas abordados. A partir dessa base buscaremos os tópicos mais relevantes do noticiário.

As manifestações que resultaram na Primavera Árabe se iniciaram em 18 de dezembro de 2010, em decorrência da imolação do tunisiano Mohamed Bouazizi após ter tido suas mercadorias confiscadas e sofrido assédio policial. O caso transformou-se em exemplo dos problemas econômicos do país e da brutalidade da polícia. Os protestos na Tunísia e em outros países detonaram uma cadeia de eventos que produziram mudanças políticas e sociais, algumas ainda em percurso, como a guerra civil na Síria.

Algumas problemáticas para a definição do *corpus* de pesquisa surgiram, como a limitação do tempo e dos países. Tivemos que realizar escolhas metodológicas para ter um *corpus* passível de análise. O primeiro foi a limitação dos países. Dentre os 21 países onde houve algum tipo de manifestação, somente em seis casos houve consequências institucionais e sociais: Bahrein, Egito, Iêmen, Líbia, Síria e Tunísia. Outros países mencionados nas matérias também foram codificados, porém o foco recaiu nestes seis.

Quanto à problemática dos limites temporais, optamos por analisar somente as notícias de 2011. Como o movimento começou no final de 2010, não houve notícias nos jornais brasileiros até o ano seguinte, tendo a primeira delas aparecido em 07/01/2011. Já a escolha por limitar a pesquisa ao final de 2011 se deveu ao fato de que as manifestações já haviam terminado na maioria dos países, restando somente a guerra na Síria, ainda em andamento nos dias de hoje.

4.2 Jornais e temporalidade.

Durante 2011, 2845 reportagens foram publicadas sobre a Primavera Árabe nestes três jornais. O Estado de S. Paulo foi responsável por 807 (28,4%) notícias, enquanto a Folha de S. Paulo publicou 1.063 (37,4%) e O Globo 975 (34,2%). Isso demonstra o

grande interesse dos jornais sobre a temática, principalmente da Folha, que superou o número de publicações do Estadão em 256 e de O Globo em 88.

As publicações se dividem em sete tipos de formatos, como é possível observar na tabela 1, abaixo. As reportagens foram o formato de texto mais publicado, representando 58,7% do total, o que não é atípico. O alto número de colunas e editoriais demonstra o interesse apresentado pelos jornais, afinal são espaços de maior reflexão sobre os acontecimentos. Outro índice de interesse é o espaço dado em textos de capas, os quais totalizaram 304, 10,7% do total do corpus.

Formado do texto	ESP	FSP	GLO	Total	%
Artigo	432	625	611	1669	58,70%
Coluna	187	133	109	428	15,00%
Capa	30	155	119	304	10,70%
Box ou nota	94	41	9	144	5,10%
Carta dos leitores	15	68	54	137	4,80%
Editorial	18	22	43	83	2,90%
Entrevista	31	19	30	80	2,80%
Total	807	1063	975	2845	100%

Tabela 01 – Fonte própria

Quando diferenciamos os números dos formatos pelos jornais, alguns dados chamam atenção. O primeiro é o número de colunas, que foram publicadas principalmente pelo Estadão, 186, mais do que Folha, 133, e O Globo, 109. Isso demonstra o interesse dos colunistas deste jornal paulista. OESP por outro lado, publicou menos reportagens, 433, que os outros jornais: foram 625 na Folha e 611 em O Globo. Já nos casos dos editoriais, o Globo com 43 publicações liderou; a Folha publicou 22 e OESP, 18. No caso dos textos de capa, no OESP o número foi muito baixo, 30, quando comparado a 155 da Folha e 119 de O Globo.

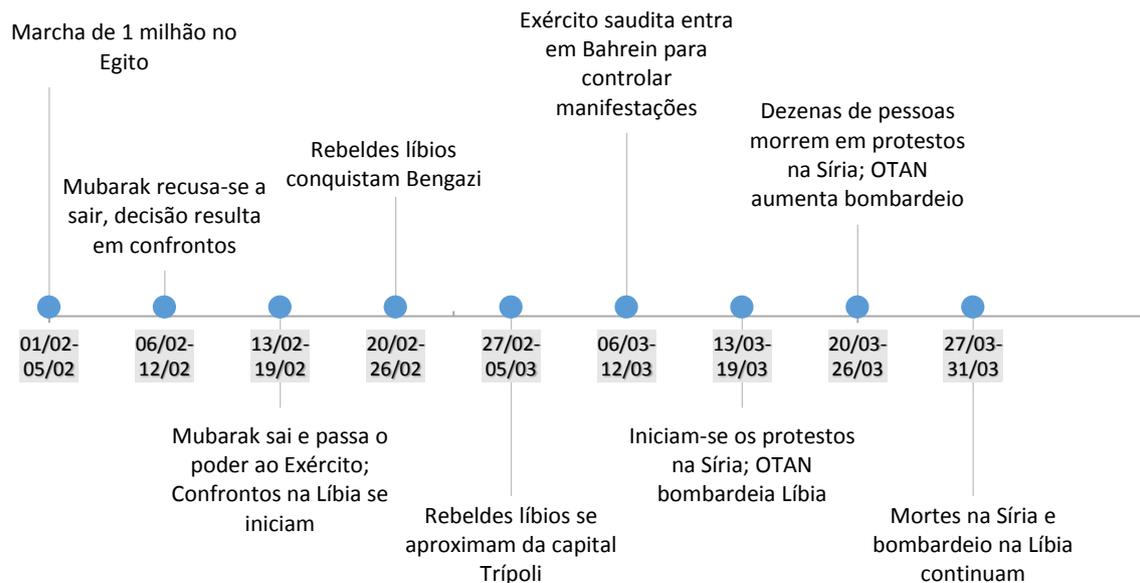
Tais números indicam algumas características da cobertura realizada por cada jornal. O Estadão teve menos espaço para os acontecimentos da Primavera tanto em número de textos quanto em destaque, representado pelo baixo número de capas, porém ofereceu oportunidade para que seus colunistas, tanto nacionais quanto internacionais, debatessem o assunto. A Folha apresentou comportamento oposto ao publicar mais reportagens e dar a elas destaque nas capas, mas não ofereceu o mesmo espaço a textos opinativos. O Globo, por seu turno, publicou mais editoriais sobre o assunto do que os outros dois jornais somados.

Essas reportagens se dividem entre os 12 meses do ano, porém dois meses concentram as principais atividades: fevereiro e março. Como é perceptível no gráfico 1, abaixo, em fevereiro 627 notícias foram publicadas, já em março o número foi 517. O número continua em queda até agosto, quando aumenta para 266 matérias, porém, logo em seguida, a tendência de queda continua é retomada.



Gráfico 01 – Fonte própria

Como é de se esperar, o número de notícias acompanha os eventos principais. Durante os meses de fevereiro e março as manifestações se intensificaram no Egito, o que resultou na queda do ditador Hosni Mubarak; os confrontos na Líbia se iniciaram e expandiram com o auxílio dos bombardeios da OTAN a cidades aliadas a Gaddafi; os protestos na Síria começaram e a resposta governamental resultou na morte de dezenas de pessoas; Arábia Saudita enviou tropas do exército para Bahrein para conter protestos contra o monarca Hamad bin Isa Al Khalifa, líder aliado do país saudita. A linha do tempo 1 nos auxilia a perceber como os principais acontecimentos ocorreram ao longo dos dois meses.



Linha do tempo 01 – Fonte própria

A abundância dos eventos justifica o número de notícias publicadas em tal período. Como se pode notar, durante esses dois meses ocorreu uma gama de eventos que envolveram violência, mudanças no poder e atuação de países internacionais. Procuramos dividi-los em grupos em busca de compreender aqueles que mais interessaram cada jornal.

4.3 Temas

A codificação de textos tem seus limites. Primeiro, é preciso definir o que interessa ser codificado, identificando os eventos que ocorrem com regularidade. Segundo, o código precisa ser capaz de capturar algo comum em um conjunto de textos distintos, ou seja, expressar uma coerência interna. Terceiro, é preciso definir quais temáticas são importantes em meio aos vários assuntos citados ao longo dos textos e do tempo.

A partir de tais limites, definimos doze códigos, que espelham bem a postura dos jornais. Uma matéria poderia ser codificada com mais de um tema dependendo do conteúdo do texto. Compreendemos que tais códigos não excluem as diferentes possibilidades, por isso adicionamos o código ‘Outro’ para quando o tema do artigo não conseguia ser compreendido por um dos previamente definidos. Abaixo, a definição que utilizamos cada um dos temas.

- 1) Violência: O código engloba todas as matérias que abordaram alguma forma de violência, tanto repressão policial quanto confrontos diretos entre cidadãos e guerra civil.
- 2) Relações internacionais: Trata de notícias que mencionam a ação de algum país que não foi palco da Primavera Árabe. Inclui tanto as ações diretas, como o ataque da OTAN, como também as decisões de embargo e opiniões emitidas por políticos e embaixadores.
- 3) Mudança política: O código engloba as notícias que contém mudanças políticas, independentemente do tamanho. Inclui tanto a saída dos ditadores como as mudanças de governança, por exemplo, o fim da lei de emergência.
- 4) Democracia: Trata de todos os debates teóricos realizados sobre a democracia tanto nos países como no Oriente Médio.
- 5) Islamismo: Engloba os artigos que tratam da religião e de seus seguidores. Inclui as notícias dos partidos islâmicos, como a Irmandade Muçulmana, e a influência cultural.
- 6) História dos ditadores: Aborda histórias pessoais dos ditadores e familiares, como também as medidas diretas realizadas contra eles após sua saída do poder, como prisão ou congelamento de bens.
- 7) Economia: Trata das notícias sobre questões econômicas, tanto reflexões sobre a situação econômica da região, antes ou após manifestações, quanto as consequências para o mercado econômico mundial, principalmente no caso do preço do petróleo.
- 8) História da região: Engloba as notícias que abordam de alguma forma um momento histórico dos países, cidades ou até mesmo de todo o Oriente Médio.
- 9) Tecnologia: Concentra as notícias que tratam da influência de produtos tecnológicos, principalmente a internet, nas manifestações e a resposta governamental a isso.
- 10) Histórias pessoais: Aplicado a matérias sobre as histórias de vida de manifestantes desconhecidos.
- 11) Refugiados: Trata da crise resultante da ida de refugiados para países europeus e vizinhos, e a resposta desses países a isso.
- 12) Mulheres: Engloba as reportagens sobre a vida das mulheres na região e sua participação nas manifestações.

13) Outros: Concentra notícias que não se encaixaram em nenhuma das outras possibilidades.

Os resultados seguem abaixo na tabela 02:

Tema	Freq.	%
Violência	1065	37,40%
Relações internacionais	955	33,60%
Mudança política	507	17,80%
Democracia	168	5,90%
Islamismo	133	4,70%
Histórias dos ditadores	107	3,80%
Economia	104	3,70%
História da região	77	2,70%
Tecnologia	45	1,60%
Histórias pessoais	45	1,60%
Refugiados	38	1,30%
Mulheres	24	0,80%
Outros	123	4,30%

Tabela 02 – Fonte própria

Os números indicam algumas características importantes da cobertura jornalística. Primeiramente, há dois focos claros, a violência, 1065 codificações, e a resposta internacional, 955, que representam juntos 71% dos trechos codificados. Em 191 oportunidades, os dois códigos foram utilizados na mesma matéria, particularmente no conjunto de textos relativos aos bombardeios da OTAN na Líbia¹⁴.

O terceiro assunto mais tratado foram as mudanças políticas decorrentes das manifestações, totalizando 507. O alto número não é surpreendente, afinal este foi o objetivo principal dos protestos. Por isso mesmo, causa estranhamento o fato da resposta internacional aos acontecimentos ter tido mais atenção que suas próprias consequências.

Após esses três códigos, nenhum dos outros conseguiu ultrapassar a marca de 200 codificações. Entre eles, o que nos surpreendeu foi o baixo número do código ‘Islamismo’, já que a religião foi assunto central na cobertura sobre países árabes como os estudos orientalistas indicaram no capítulo 03. No total, foram 133 matérias que

¹⁴ Escolhemos não codificar as matérias onde violência era somente um tópico de discussão de atores políticos internacionais. Quando o foco das reportagens foi somente a resposta opinativa, por exemplo o que o presidente Barack Obama pensava sobre os ataques a manifestantes, somente a codificamos como ‘Relações internacionais’. Concluímos que isso nos permitiria determinar com maior clareza os casos em que o foco estava sobre a violência ou sobre a resposta internacional.

receberam o código. Desse total, em 22 o tema foi correlacionado com violência e em 41 com mudança política, demonstrativo da maior correlação da religião com as instituições do que com terrorismo. Isso não significa que haja uma visão positiva do Islã, afinal muitas matérias alertam para o ‘perigo’ de um partido religioso, como veremos na análise do termo no próximo capítulo.

Quando desagregamos os dados por jornal, alguns padrões ficam evidentes, como é possível ver na tabela 03, abaixo.

Jornal/ Tema	Viol.	RI	MP	De	Islã	HD	Eco	HR	Tec	HP	Ref	Mul	Outr	Total
Estadão	360	225	123	83	55	20	26	26	19	13	6	5	14	982
FSP	375	394	183	34	43	49	35	29	8	22	19	15	72	1281
O Globo	330	336	201	51	35	38	43	22	18	10	13	4	37	1145
Total	1065	955	507	168	133	107	104	77	45	45	38	24	123	3408

Tabela 03 – Fonte própria

Um código que merece destaque é ‘Mudança Política’, principalmente pela atenção dada pelo jornal O Globo comparado aos outros. O jornal carioca é responsável por 39,6% das matérias publicadas sobre o assunto. No caso de OESP o número corresponde a 24,3% de suas publicações e na Folha a 36,1%.

O código ‘Relações internacionais’, entre os três principais, é o mais homoganeamente distribuído pelos jornais. O código manteve o padrão de ter maior número no jornal que teve mais notícias, no caso, a FSP. Talvez seja o uso do código que justifique o número de matérias do jornal paulista, afinal ele representa 30,7% dos textos utilizados por ele. Já o Estadão dedicou 22,9% de seus textos ao assunto e O Globo, 29,3%.

Analisando o tema ao longo da linha temporal, como no gráfico 2 abaixo, alguns aspectos tornam-se mais claros.

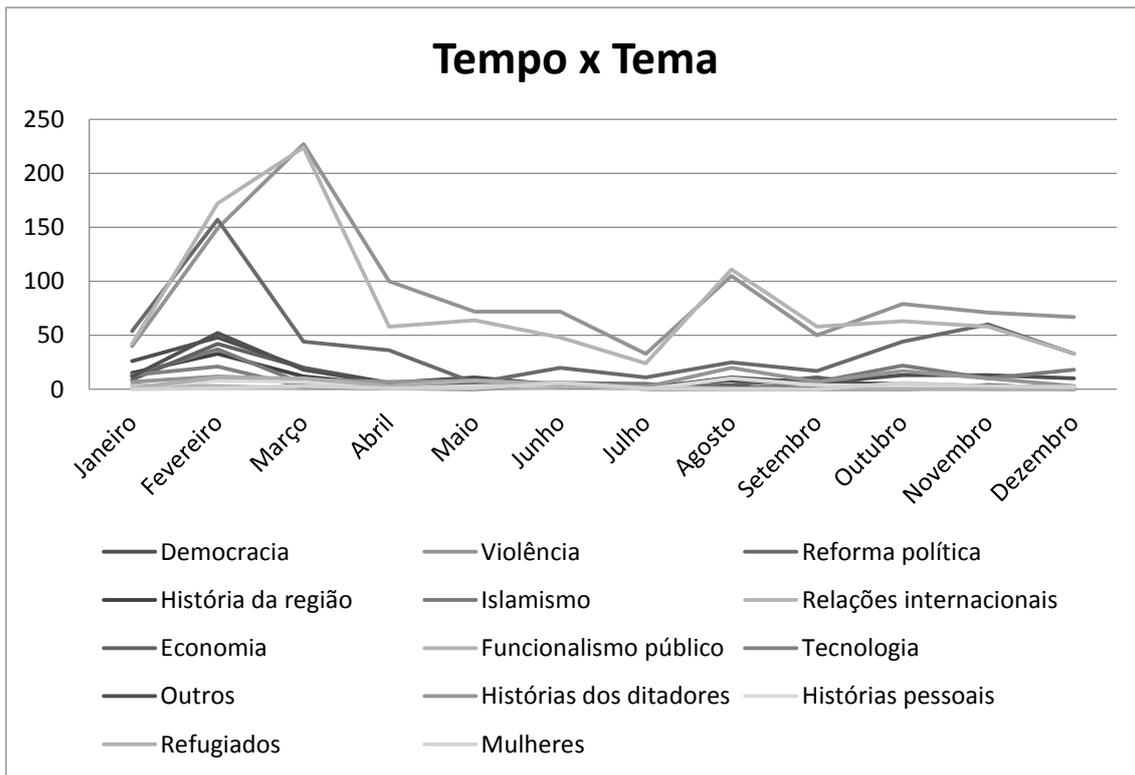


Gráfico 02 – Fonte própria

Como é visível, fevereiro e março são os meses onde a maioria dos temas foi abordada, o que não é surpreendente visto que os meses são os que mais tiveram notícias. O interessante é perceber a concentração da temática nos meses, principalmente em fevereiro, e como praticamente os temas se tornam irrelevantes nos meses seguintes.

Quando analisamos os três temas principais, dois comentários são necessários. Primeiro, é notável como os códigos ‘Violência’ e ‘Relações internacionais’ se relacionam de maneira tão próxima, praticamente tendo a mesma curva ao longo do tempo. Segundo, o código ‘Mudança política’ tem uma queda brusca após fevereiro, tendo somente se tornado relevante em novembro, mês no qual os governos vigentes sofreram mudanças.

Como é perceptível, embora diferentes assuntos tenham sido abordados ao longo do ano, três temas prevaleceram -- a violência durante as manifestações, as mudanças governamentais resultantes estas e a resposta internacional aos acontecimentos. Na próxima seção buscamos analisar os dados expostos até o momento refletindo sobre os países que participaram da Primavera Árabe.

4.4 Países participantes

Como apontamos anteriormente, houve manifestações em diferentes países, porém em seis elas tiveram maior longevidade e resultados transformadores. Isso se refletiu no número de matérias publicadas sobre estes seis países, comparado ao número de matérias sobre os outros onze países noticiados¹⁵, como demonstrado na tabela 04, abaixo.¹⁶

Países citados	Freq.	%
Líbia	1207	42,4%
Egito	769	27%
Síria	598	21%
Tunísia	288	10,01%
Iêmen	211	7,4%
Bahrain	93	3,3%
Primavera Árabe	44	1,5%
Arábia Saudita	49	1,70%
Irã	43	1,50%
Jordânia	23	0,80%
Argélia	18	0,60%
Líbano	15	0,50%
Sudão	6	0,20%
Palestina	5	0,20%
Iraque	3	0,10%
Oman	3	0,10%
Kuwait	2	0,10%
Jordão	2	0,10%

Tabela 04 – Fonte própria

A diferença entre Bahrein e a Arábia Saudita é considerável, principalmente pelo fato de que parte das matérias sobre o país saudita é acerca de sua atuação no Bahrein e dos seus interesses petrolíferos na região. Logo, o código registra tanto os momentos nos quais o país foi um ator internacional quanto aqueles nos quais o governo foi alvo de protestos e mudou a legislação como resultado.

Esses números refletem tanto o tamanho de cada movimento quanto o interesse da mídia brasileira. O Egito é o país mais conhecido da região pelo “Ocidente” e também

¹⁵ Houve matéria sobre 17 países no corpus que selecionamos, apesar de 21 países terem registrado ao menos um protesto no período. O que ocorre é que muitos deles foram mínimos e não resultaram em notícias, como Djibouti.

¹⁶ Notícias que abordaram as manifestações, porém não citaram nenhum país especificamente, utilizamos o código ‘Primavera Árabe’.

passou pelo período de transição de governo ao longo de todo o ano. A Líbia não só teve o período de transição como antes teve a guerra civil e a atuação da OTAN. Já na Síria, os diversos assassinatos sancionados pelo governo resultaram na guerra civil que continua até o momento.

Como a violência foi tópico central em dois desses três países, não é surpreendente que tenha sido o tema com mais codificações, como tínhamos visto. Quando cruzamos os dados dos países e temas, é possível perceber como os acontecimentos em cada país foram recontados pelos jornais, como mostra a tabela 05 abaixo.

País x Tema	Vio.	RI	MP	De.	Islã	HD	Eco	HR	Tec	H P	Ref	Mul	Outr.	Total
Líbia	509	533	83	55	23	67	59	16	11	24	20	5	33	1441
Egito	141	176	251	92	77	28	33	38	30	11	4	4	66	959
Síria	287	258	57	25	9	1	10	11	4	5	5	1	16	691
Tunísia	48	67	79	63	33	10	17	19	20	8	15	2	13	397
Iêmen	108	30	62	15	5	5	3	6	2	1	0	5	7	250
Bahrain	53	19	16	11	5	0	1	1	3	2	0	1	2	114
Prim. Árabe	7	9	10	20	6	0	5	3	0	1	0	2	2	65
Arábia Saudita	7	21	12	3	3	0	3	1	1	1	0	9	1	62
Irã	16	21	6	3	2	0	2	3	2	0	0	1	1	57
Jordânia	3	7	13	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	27
Argélia	5	1	12	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	20
Líbano	4	5	2	4	1	0	0	0	1	1	0	0	0	18
Sudão	2	0	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Palestina	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Iraque	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Oman	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3

Kuwait	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Jordão	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	119 4	115 3	607	301	166	111	133	99	75	54	44	30	142	4127

Tabela 05

Quando analisamos cada um dos seis países, reconhecemos alguns padrões importantes. No caso do Bahrein, a divisão temática das notícias acompanhou a geral, já que o foco principal foi a violência, que ocupa praticamente metade do espaço dado ao país. O código ‘Relações internacionais’ abrangeu principalmente a Arábia Saudita, 12 matérias de 16 possíveis, diferente de outros países onde a relação foi principalmente com países europeus e Estados Unidos.

A cobertura sobre o Egito apresenta o comportamento mais diferenciado ao demonstrar prioridades distintas. As reformas políticas, realizadas tanto no governo de Mubarak quanto nos governos provisórios seguintes, receberam 251 codificações, representando 26.2% das 959 codificações egípcias. A temática sobre a violência, ainda tem destaque com 141 utilizações, porém no total perde espaço para outros assuntos. Dos temas com menor atenção, é preciso realçar dois deles: islamismo e tecnologia. O primeiro é resultado da possível posição de protagonista da Irmandade Muçulmana nas eleições nacionais. O segundo é devido ao debate, no início das manifestações, sobre como celulares com internet e redes sociais permitiram a divulgação e organização do movimento. O assunto foi perdendo espaço quando outros países, com menos poderio tecnológico que Tunísia e Egito, se organizaram e tiveram grandes movimentos.

No caso do Iêmen, a violência ocupa papel central, 43,2% do total, relegando as outras temáticas ao segundo plano. O interessante é perceber que as relações internacionais não tiveram papel de destaque na cobertura deste país, embora nos outros casos elas tenham acompanhado constantemente o desenrolar de eventos internos. Este é um exemplo de como a resposta de países externos varia a partir de interesses próprios.

A Líbia teve atenção especial dos jornais, afinal houve diferentes acontecimentos de grande porte, iniciados pelas manifestações que resultaram na resposta governamental violenta, a guerra civil e, por fim, a morte de Gaddafi, após 42 anos no poder. Todos esses acontecimentos resultaram em 1441 codificações em 1207 matérias. É relevante que mesmo com tantos casos de violência, tanto governamental quanto oriunda da

sociedade civil, o código mais utilizado foi o de ‘Relações Internacionais’, 37% do total. Isso se deve não só aos bombardeios liderados pela OTAN como a toda discussão entre os países até a tomada de decisão favorável ao ataque. A falta de possíveis mudanças pacíficas é demonstrada pelo uso do código de ‘Mudança política’ em somente 83 ocasiões, 5,7% do total. Entre os códigos menos utilizados, o interessante é o uso do ‘História dos ditadores’ 67 vezes, demonstrativo do interesse dos jornais por Gaddafi, que foi o tópico de 60% das notícias desse tipo.

No caso da Síria, onde a violência foi marca da resposta governamental desde o início, não é surpreendente que o código referente ao assunto seja o prevalecente, ocupando 41,5% entre todas as marcações. O único código que teve tanta visibilidade foi ‘Relações Internacionais’, que correspondeu a 37,3% do total, devido principalmente à possibilidade de a OTAN agir da mesma forma que havia feito com a Líbia.

No caso da Tunísia, onde as manifestações se iniciaram, a divisão de notícias entre os códigos é maior. As reformas realizadas pelo governo tiveram maior atenção, somando 19,9% dos textos, devido tanto as tentativas do presidente Zine El Abidine Ben Ali de se manter no poder quanto à coalizão que assumiu o governo após a sua queda, em 14 de janeiro. Dos códigos usualmente menos utilizados, um que recebeu grande atenção foi o referente à democracia, com 15,8% do total, demonstrativo de que o tópico no início teve papel central ao debate, apesar disso não se ter verificado na cobertura dos outros países.

É perceptível como alguns países receberam mais atenção midiática do que outros, não só pela durabilidade dos acontecimentos como também pelo destaque que já teriam no cenário internacional. Os temas de maior interesse, como violência e reação externa, acompanham tais países, não o contrário. Afinal, se violência fosse o motivo da atenção dada, era de se esperar mais notícias sobre o Baharein e Iêmen, porém estes foram os países com o menor número de notícias.

4.5. Países não-participantes

Como os números demonstram, a reação internacional foi uma das temáticas mais importantes para os jornais brasileiros. Portanto, é importante reconhecer quais foram as vozes externas a que os periódicos deram atenção. Os códigos foram definidos

inicialmente por relevância no contexto internacional atual e relação histórica com os países. Quando necessário, adicionamos novos países ou Organizações Internacionais (O.I.) e revisamos a base de dados.

Países não-participantes citados	Freq.
EUA	388
Brasil	234
ONU	138
UE	101
OTAN	99
França	78
Inglaterra	60
Irã	43
Israel	42
Liga Árabe	40
Turquia	33
Rússia	22
União Africana	19
Alemanha	18
Outros	96
Total	1411

Tabela 06 – Fonte própria

A tabela 06, acima, apresenta os quinze países e organizações que foram mencionadas ao decorrer das matérias. Os países não surpreendem, afinal eles têm fortes laços econômicos e históricos com os países árabes, e as organizações são as mais importantes no âmbito regional e mundial. O fato de o Brasil ter ficado em segundo lugar tem razões óbvias. Afinal, o noticiário tem como público alvo cidadãos brasileiros. O que nos interessa é perceber o diferente nível de atenção dada a cada um dos atores internacionais.

Os Estados Unidos são o país mais mencionado, com 27,5% do total, reafirmando a visão tradicional de que se espera uma posição de liderança daquele país em relação a acontecimentos de impacto internacional. A maior parte das notícias lidaram com a movimentação dos estadunidenses e outros líderes europeus na decisão sobre o ataque realizado pela OTAN na Líbia. Outra parte considerável das notícias abordou o questionamento de como os EUA responderiam a cada país onde houve protestos numerosos.

O número de citações ao Brasil, 16,6%, é motivada pelo interesse dos jornais no que tange a posição do governo frente a mudanças de poder nos países árabes. Isso se deve principalmente à aproximação do Governo Federal, na era Lula, com países da região, principalmente a Líbia. Constantemente a relação entre Lula e Gaddafi foi questionada, principalmente quando o governo se posicionou claramente contra a continuidade do governo líbio.

No caso das Organizações Internacionais mencionadas, é perceptível a prioridade a elas dedicada pelos jornais brasileiros. Embora seja natural a ONU ter o maior número, 9,8% do total, é surpreendente que a União Europeia, com 7,1%, tenha mais do que a Liga Árabe, 2,8%, e a União Africana, 1,3%, organizações das quais os países árabes fazem parte e onde têm voz. Esse dado parece indicar um viés em prol da visão “ocidental” por parte dos jornais brasileiros. O alto número de menções a OTAN, 7%, se deve à sua atuação na Líbia.

No caso dos países europeus, nota-se que países com ligações históricas com a região, como França e Inglaterra, tiveram mais espaço do que aqueles com maior importância econômica atual, como Alemanha. Os dois primeiros países tiveram, respectivamente, 5,5% e 4,2% do espaço, enquanto os germânicos tiveram somente 1,3%. É inegável que no cenário mundial, na atualidade, a Alemanha tenha maior papel, principalmente nas questões envolvendo o petróleo. Todavia a importância francesa e inglesa, devido ao passado de colonização na região, contou mais no tratamento jornalístico.

Países não-participantes/Países árabes	Líbia	Síria	Egito	Tunísia	Iêmen	Bahrain	Irã	Prim. Árabe	Arábia Saudita	Jordânia	Líbia-no	Argélia	Total
EUA	209	64	124	52	21	14	6	7	11	3	1	1	514
Brasil	140	72	38	12	1	0	0	1	0	0	0	0	265
ONU	86	43	6	3	3	1	0	2	0	0	1	0	145
UE	58	31	16	11	0	1	1	3	0	1	0	1	123
OTAN	97	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	103
França	54	12	10	15	1	0	1	0	0	0	0	0	93
Inglaterra	50	6	8	6	2	1	1	0	0	0	0	0	74
Israel	7	5	32	5	1	0	1	1	0	0	1	0	57
Liga	7	33	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	43

Árabe													
Turquia	6	23	6	2	0	0	3	1	0	0	0	0	41
Alemanha	13	3	4	3	1	0	1	0	0	0	0	0	25
Rússia	9	12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
União Africana	5	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Outros	62	8	18	18	0	0	2	0	0	0	0	0	108
Total	803	329	266	129	31	17	16	15	11	4	3	2	1632

Tabela 07 – Fonte própria

A tabela 07, acima, indica como os Estados Unidos não só tiveram o maior número de menções, como igualmente foram o país que mais apareceu em casos diversos, sendo o líder de menções dentre todos os outros. O Brasil foi mais mencionado em relação a Líbia, devido, como já afirmado, a aproximação do governo com Gaddafi. Grande parte das menções ao Brasil se deve igualmente pelo questionamento da sua posição por leitores do jornal na seção de cartas.

Um dos motivos que fazem a Líbia liderar o número de menções em relação aos países europeus é o desenvolvimento das ações em conjunto até a tomada de decisão do ataque da OTAN. A Folha, principalmente, não utilizou a sigla da organização no início, preferiu definir como a coalizão dos EUA, Inglaterra e França. O outro caso que explica o número de menções francesas é a Tunísia, com 15, devido a relação histórica entre os dois países, desde a colonização.

Importante apontar que a União Africana e a Liga Árabe receberam atenção no caso sírio, 14 e 33 respectivamente, quando houve menor reação europeia. A OTAN, que teve 97 menções envolvendo a Líbia, teve somente 3 envolvendo a Síria, embora tenha tido discussões sobre acerca do uso de ações militares por parte de países europeus e Estados Unidos, como no caso líbio.

4.6. Considerações Preliminares

O objetivo desse capítulo foi apresentar as características básicas do material que foi coletado sobre a Primavera Árabe nos três principais jornais brasileiros. Devido ao grande número de notícias consideramos que essa foi a melhor forma de nós encontrarmos os pontos centrais que nos permitiram responder se a cobertura foi Orientalista ou não.

Algumas particularidades do trabalho jornalístico já são indicadas. As temáticas de maior interesse foram Violência, Relações Internacionais e Mudanças Políticas. Os países em maior destaque foram Egito, Líbia e Síria. E, por fim, o período com maior número de notícias foram os meses de fevereiro e março. Essas informações quando isoladas não revelam muito, porém ao serem unidas indicam o caminho para uma análise mais profunda. Quando aliadas à teoria já debatida nos permitiram definir questões centrais, como veremos no capítulo seguinte.

5 – Os principais enquadramentos da Primavera Árabe

5.1 Introdução

Como afirmamos anteriormente, o objetivo inicial do capítulo 4 foi compreender as informações gerais das notícias para em seguida analisar pontos específicos. Ao fim da primeira parte, duas questões sobressaíram, (1) a abordagem das colunas e editoriais e (2) a cobertura dada a árabes e muçulmanos durante a Primavera Árabe.

No que toca à primeira questão, algumas escolhas metodológicas foram necessárias. Ao longo do ano, foram publicadas 428 colunas de 230 autores diferentes. Dado o alto número de autores decidimos selecionar os mais recorrentes. A marca definida foi ter pelo menos 1% do total de colunas publicadas. A escolha de selecionar os autores é devido ao interesse de perceber os principais enquadramentos escolhidos por eles, as possíveis mudanças ao longo do tempo e as ideias que mais receberam espaço nos jornais. O resultado foi a seleção de 15 autores e 145 textos, 33,9% do total. No caso dos editoriais, todos foram analisados, já que é a forma mais direta pela qual o jornal apresenta sua visão.

Retomamos aos estudos analisados no capítulo 3 sobre árabes e muçulmanos visando aos temas que apareceram recorrentemente. Quatro tópicos chamam atenção: democracia, islamismo, mulheres e terrorismo. Escolhemos analisar as codificações dos três primeiros somente. Isso se deve ao número inexpressivo de notícias sobre terrorismo durante 2011, tendo a temática sido abordada somente quando Osama bin Laden foi assassinado por forças americanas em 2 de maio. Quando citado, o tópico foi objeto de afirmações genéricas que apontavam para a rejeição da mensagem dos grupos terroristas: “Nas revoluções pró-democracia em países árabes não se viu invocada em nenhum momento a figura do Bin Laden. Seus simpatizantes não passam de minorias fanáticas que usam e comercializam a religião islâmica conforme suas conveniências”¹⁷.

Como as temáticas democracia, islamismo e mulheres formaram a maior parte dos tópicos abordados em reportagens anteriores, como os estudos orientalistas indicam, compreendemos que fosse importante estudar a forma como foram tratadas durante o Levante Árabe. Como na maioria dos casos anteriores a cobertura foi marcada por traços orientalistas, nos interessou, então, analisar como tais temas seriam abordados no

¹⁷ Kalout, Hussein Alt. Terrorismo, islã e democracia árabe. Folha de São Paulo, 12/05/2011

período da Primavera Árabe, que foi considerado momento de grande mudança social e política na região.

Não pretendemos listar todos os enquadramentos possíveis e quando estes ocorreram, mas sim identificar aqueles que foram mais repercutidos e como eles interagem entre si. O nosso objetivo, portanto, é perceber como diferentes temáticas e enquadramentos foram utilizados, com foco especial nas colunas e editoriais. A divisão foi feita entre os principais enquadramentos encontrados e as três temáticas principais, democracia, islamismo e mulheres.

5.2 As razões para as manifestações

As colunas e editoriais oferecem espaço único por permitir que as opiniões dos jornalistas e convidados sejam expressas. Isso nos oferece melhor poder de compreensão sobre como o assunto é abordado, diferente das reportagens que são, em grande parte escritas por organizações jornalistas internacionais em vez de repórteres contratados. É neste espaço que os autores tem liberdade para utilizar expressões como “infectado pelo vírus do islamismo”¹⁸ que é o que nos permitem identificar sua interpretação da situação.

Embora sejam espaços opinativos, também há possibilidade de veiculação de dados informativos, como ocorreu em diferentes momentos, especialmente nos editoriais. No início dos protestos, quando o desconhecimento sobre a história e a conjuntura dos países árabes dificultava a compreensão da situação, os jornais utilizavam os espaços opinativos para explicar os motivos das manifestações.

É nesse momento que surgem os dois principais enquadramentos explicativos, o econômico-social e o de princípios. O primeiro, como o próprio nome indica, trata da situação econômica e social dos países, como o nível de educação e a média salarial dos trabalhadores. É consenso entre os colunistas que a pobreza regional foi um dos motivos principais para a revolta, principalmente por causa da história do jovem que ateou fogo a si mesmo. Sua falta de perspectiva foi utilizada como exemplo para a situação da maioria dos jovens.¹⁹

¹⁸ Lapouge, Gilles. O pesadelo das oligarquias. *O Estado de São Paulo*, 18/01/2011

¹⁹ Leitão, Míriam. Tempestade no Egito. *O Globo*, 06/02/2011

O segundo enquadramento diz respeito aos princípios morais que impulsionaram as manifestações, sendo o principal deles a democracia. Embora diversas vezes liberdade, direitos e corrupção apareçam como motivos correlacionados, a ideia de democracia é a mais recorrente. O centro de tal enquadramento é que os jovens não aceitariam mais a realidade imposta pelo governo autocrático, desejando mais oportunidades, o que seria possível através do governo democrático.

Obviamente as alternativas para o movimento não são opostas. Na realidade, os dois enquadramentos se complementam, já que a democracia seria essencial para um governo menos corrupto e mais atento às necessidades da população, o que permitiria o progresso trazendo a melhoria da vida da população.

Thomas Friedman aponta outros motivos menores, como: (1) o discurso de Barack Obama proferido no Cairo dois anos antes, (2) o Google Earth, (3) a cobertura da Al-Jazira, (4) as Olimpíadas em Pequim e (5) o governo do palestino de Saïam Fayyad. Os pontos de dois a quatro expressam a percepção dos árabes de que o mundo evoluiu enquanto eles ficaram estagnados. Já o primeiro e quinto ponto tratam de boa governança, uma delas sendo árabe.²⁰

5.3 Democracia

O tópico democracia foi constantemente abordado durante as manifestações. O importante é reparar como sua aparição variou no decorrer do ano. Enquanto no início havia esperança, e até animação, de esse ser um novo período para os países árabes, depois dos primeiros reveses houve o questionamento se os países estariam preparados para mudança tão brusca de sistema e as possíveis consequências para o Ocidente, principalmente o medo dos islâmicos radicais chegarem ao poder.

O conceito de democracia é definido de formas distintas ao longo dos textos, às vezes como bem universal outras vezes como ocidental. A ideia de universalidade é defendida quando a democracia é posta como o objetivo “natural” no desenvolvimento das sociedades, não dependendo de onde estas estejam localizadas²¹. Já a ideia da democracia como ocidental foi consideravelmente mais propagada. Os europeus foram

²⁰ Friedman, Thomas. Há fatores menos óbvios na revolta. O Estado de São Paulo, 04/03/2011

²¹ Pereira, Merval. Valores universais. *O Globo*, 13/02/2011

definidos como “apóstolos da democracia”²² e “a revolução” chamada de “profundamente ocidental na alma”²³. Gilles Lapouge chega a afirmar: “Esses tumultos árabes não constituiriam uma homenagem ao Ocidente? Eles se inspiram (quer saibam ou não) nas Luzes, naquele século 18 que viu Montesquieu, Rousseau, Voltaire e os pais fundadores americanos afirmarem a soberania do povo, a separação dos poderes, a justiça e a igualdade, a tolerância - a democracia”²⁴. A Folha de São Paulo apresenta pensamento semelhante em editorial quando afirma que os jovens buscam democracia, liberdade, oportunidades, direitos, o que seria “um modo de vida mais próximo do ocidental”.

Anne Applebaum oferece outra análise ao afirmar que “manifestações de rua violentas seguidas da queda de um ditador são uma maneira estimulante de levar a democracia a uma sociedade autoritária, mas não a melhor”²⁵. Ela aponta que tais movimentos chamam a atenção ocidental, a qual tem uma posição dúbia em relação à democracia em outras regiões. Como exemplifica:

“Enquanto os franceses do século 18 criaram a moderna filosofia da democracia, o mundo do jornalismo escrito e falado na França contemporânea desenvolveu uma espécie de filosofia da antidemocracia. Repudiando os americanos e sua crença ingênua na ‘promoção da democracia’, um colunista do Le Figaro afirmou que todas as nações têm ‘direito à sua própria história’, que é mais importante do que o ‘direito à democracia’, seja qual for seu significado. [...] O ex-presidente francês Jacques Chirac declarou certa vez que ‘os direitos humanos mais fundamentais são os de a pessoa se alimentar, ter saúde, ser educada e abrigada’. Com base nesse critério, concluiu que a Tunísia, nesse campo, estava ‘muito avançada’.”²⁶

O ponto da autora importa por demonstrar como a visão sobre a democracia varia dependendo dos interesses dos países com poderio nas relações internacionais, como o americano e os europeus. Os líderes mundiais que pressionaram pela saída dos

²² Lapouge, Gilles. Democracia e invasão da Europa. *O Estado de São Paulo*, 07/04/2011

²³ Rossi, Clóvis. O espírito de 1776. *Folha de São Paulo*, 02/03/2011

²⁴ Lapouge, Gilles. Os dois discursos de Obama. *O Estado de São Paulo*, 04/03/2011

²⁵ Applebaum, Anne. A Tunísia conseguirá tornar-se democrática?. *O Estado de São Paulo*, 23/01/2011

²⁶ *Idem*.

autocratas em nome da democracia eram os mesmos que os apoiaram por décadas em nome da estabilidade política e por medo de lideranças islâmicas radicais.

Em busca de uma comparação histórica com os acontecimentos na região árabe, diferentes autores recorreram ao fim da União Soviética. O editorial da Globo afirma:

“A queda do muro de Berlim, em 1989, foi o símbolo da falência de um modelo de sociedade que se transformara em pura opressão. A queda de Hosni Mubarak ontem no Egito, após 18 dias de protestos populares e menos de um mês da fuga do ditador da Tunísia, pode significar o fim de um modelo falido no mundo árabe e, espera-se, da ideia de que o Ocidente necessita de ditadores árabes para segurar o radicalismo religioso islâmico e sua obsessão pela jihad terrorista.”²⁷

A associação foi realizada com base em dois pontos principais: a partir da noção de que há um bloco igualitário, e que a queda de uma peça fundamental, no caso o Egito, levaria ao mesmo fim as outras; e de que o mundo árabe é animado por uma filosofia que “perdeu” em relação para a democracia liberal do Ocidente.

Quando abordavam os possíveis impedimentos para a democracia, dois motivos principais foram considerados: o Exército e o islamismo. O Exército foi tópico constante no questionamento sobre o futuro político dos países, principalmente por sua ativa participação nas mudanças. Na maior parte dos casos, o Exército era visto de duas formas, peça fundamental para a saída dos ditadores²⁸, mas também perigo para a continuidade das mudanças²⁹. A instituição somente foi enquadrada como positiva quando a situação da Turquia era usada como exemplo possível de influência boa dos militares em um regime democrático³⁰.

5.4 Islamismo

²⁷ Egito vive dia histórico para o mundo. *O Globo*, 12/02/2011

²⁸ A aposta de Assad. *O Estado de São Paulo*, 01/04/2011

²⁹ A revolução frustrada. *O Estado de São Paulo*, 08/12/2011

³⁰ Gielow, Igor. Cenário turco para o futuro esbarra no papel dos militares. *O Estado de São Paulo*, 11/02/2011

A cobertura sobre o islamismo é extensa e complexa. Desde o início das manifestações, o papel do islamismo foi questionado. Gilles Lapouge³¹, colunista com o maior número de colunas publicadas (28) é um dos maiores críticos dos grupos religiosos islâmicos. Ele afirma que o processo democrático corria perigo perante as “maquinações das redes islâmicas”³², a “ameaça do anarquismo ou islamismo”³³, ou que ele possa a vir a depositar o poder “nas mãos dos islâmicos”.³⁴ Segundo o autor:

“É nesse período de instabilidade que os fundamentalistas islâmicos podem confiscar o destino da Tunísia. Esses perigos não são fatais, mas também não são imaginários. Mesmo na Tunísia tão laica, tão inteligente, notam-se derivas obscuras. Há alguns meses, viu-se multiplicar o número de mulheres veladas nesse país modelo de emancipação feminina. O Egito também tem seus fundamentalistas islâmicos. Não esqueçamos que o detonador do fundamentalismo islâmico mundial encontra-se na figura da Irmandade Muçulmana. Sobre esse ponto ainda, o Ocidente está condenado à sutileza: como encorajar os levantes pela liberdade sem abrir caminho para o fundamentalismo islâmico?”³⁵

Esses são alguns exemplos de como o islamismo é apresentado por Gilles Lapouge, porém ele não é o único a tratar esta religião negativamente. Um dos editores do jornal O Globo classifica a possibilidade da Irmandade Muçulmana governar o país como motivo para um “grande temor”³⁶.

A cobertura recorrentemente citou a recusa da religião por parte dos manifestantes. Em um editorial, O Globo afirma que a manifestação “não está motivada por religião ou ideologia, mas pela busca de uma transição pacífica para um governo decente, democrático e ‘normal’. Eles querem ser como outros jovens em países democráticos”³⁷. A democracia e os islâmicos estariam em lados opostos, “os grandes vencedores não foram os liberais, os democratas, os jovens indignados de janeiro, mas

³¹ Gilles Lapouge é autor e colunista francês, trabalhou por três anos O Estado de S. Paulo enquanto residia no Brasil e tem ligações como colunista até hoje. O seu foco para o jornal brasileiro é política internacional, embora também contribui na área literária.

³² Lapouge, Gilles. A vitória do povo. *O Estado de São Paulo*, 15/01/2011

³³ Lapouge, Gilles. O peso das oligarquias. *O Estado de São Paulo*, 18/01/2011

³⁴ Lapouge, Gilles. Argel teme novo vizinho. *O Estado de São Paulo*, 31/08/2011

³⁵ Lapouge, Gilles. A força da juventude. *O Estado de São Paulo*, 29/01/2011

³⁶ Estreita margem de manobra para os EUA. *O Globo*, 01/02/2011

³⁷ Ecos da Revolução de Jasmim. *O Globo*, 26/01/2011

os islâmicos”³⁸, já que tal regime seria somente uma forma dos islâmicos conseguirem o poder:

*“Com os partidos Islâmicos surgindo como grandes forças eleitorais nos países da Primavera Árabe, o professor Nair pergunta: ‘A democracia não passa de um meio de as forças islâmicas tomarem o poder para mudar as regras do jogo?’. A alternativa seria essas forças se mostrarem realmente democráticas, aceitando a alternância de poder e também o pluralismo na sociedade civil.”*³⁹

A contínua representação da religião do lado oposto ao que os manifestantes desejavam confirma a visão de que democracia e islamismo não podem ser aliados. Porém essa é uma visão externa diferente da proferida pela maioria dos árabes. Como demonstrado por pesquisas de opinião em anos anteriores, o número de pessoas que desejam democracia aumentou e a maioria crê em um governo que alie os dois elementos, considerados cruciais para a vida pública na região⁴⁰.

A Irmandade Muçulmana, partido egípcio, é o principal exemplo de organização política religiosa. Embora o partido tenha afirmado desde o início que gostaria de participar das eleições democráticas, isso foi encarado com suspeita por muitos: “o islamismo fundamentalista mundial tem origem no Egito, na Irmandade Muçulmana, que já pregava no país mesmo antes da 2ª Guerra. Eles continuam presentes, são numerosos, organizados e poderosos, apesar das garantias de que ‘evoluíram’ e adoram a democracia”⁴¹. Porém, em menor número, outros indicaram que o grupo não havia tentado liderar o movimento⁴² e que se constituía a oposição mais organizada contra Mubarak⁴³.

Um dos líderes, El-Errian, da Irmandade Muçulmana defendeu o partido e sua percepção da relação entre democracia e religião:

“Para ele, no Egito, ‘a religião continua a ser uma parte importante de nossa cultura e herança’. Por isso, o líder da Irmandade escreve

³⁸ Lapouge, Gilles. A oportunidade perdida dos árabes. *Folha de São Paulo*, 17/12/2011

³⁹ Pereira, Merval. Sinais de alerta. *O Globo*, 02/12/2011

⁴⁰ Ventos da mudança. *Folha de São Paulo*, 26/11/2011

⁴¹ Lapouge, Gilles. A ira dos coptas. *O Estado de São Paulo*, 13/10/2011

⁴² Leitão, Míriam. A estreita saída. *O Globo*, 02/02/2011

⁴³ Shadid, Anthony. A evolução egípcia não precisa seguir o caminho iraniano. *Folha de São Paulo*, 14/02/2011

que o movimento ‘abraça a democracia não como um conceito estrangeiro que precisa ser reconciliado com a tradição, mas como um conjunto de princípios e objetivos que são inerentemente compatíveis com e reforçam princípios islâmicos’”⁴⁴

Desde o momento que ditadores saíram do poder e eleições foram convocadas, os partidos tiveram que reafirmar o compromisso com a democracia. A Irmandade teria “moderado o tom e procura afastar o temor de que quer tomar o poder”⁴⁵. Durante a Guerra Civil líbia, os rebeldes prometeram “islamismo moderado”⁴⁶ antes do fim dos confrontos. Já o partido tunisiano Nahda, favorito nas eleições, teria tentado “projetar imagem moderada”.⁴⁷

O colunista da Folha Hélio Schwartsman, em uma tentativa de encontrar a origem das dificuldades árabes, retoma o questionamento de Bernard Lewis sobre o que houve de errado com a civilização islâmica. Ele aponta que “até o fim da Idade Média, enquanto a Europa se empenhava em aprimorar seus instrumentos de tortura, os árabes davam exemplos de tolerância religiosa, dedicavam-se a traduzir os clássicos gregos e a fazer suas próprias contribuições para a astronomia, a medicina, a química e a matemática”. Utilizando o pensamento de Steven Pinker, ele afirma que os árabes perderam a “Revolução Humanitária, que, no Ocidente, está na raiz dos direitos humanos e da progressiva laicização da sociedade”. Isso teria sido causado pela “imbricação entre Estado e religião nos países islâmicos [que] limitou a circulação das ideias humanistas e iluministas, o que os encapsulou num estágio de desenvolvimento pouco liberal”⁴⁸. Em suma, mais uma vez a religião é percebida negativamente.

Em posição diferenciada da maioria, o teólogo Emilio Platti, em entrevista, defende que a visão que as pessoas têm do radicalismo religioso na região é diferente da realidade, acrescentando que o aumento da importância dos extremistas em prejuízo dos moderados é uma escolha midiática. Como ele afirma “a mídia ocidental parece ter um fascínio por atentados terroristas espetaculares”⁴⁹.

⁴⁴ Rossi, Clóvis. Líder da Irmandade defende 3a via com princípios islâmicos. *Folha de São Paulo*, 11/02/2011

⁴⁵ Kunkle, Fredrick. Radicais islâmicos de cara nova no Egito pós-revolução. *O Globo*, 10/04/2011

⁴⁶ Rebeldes prometem islamismo moderado. *O Globo*, 14/09/2011

⁴⁷ Ninio, Marcelo. Favorita, sigla islâmica na Tunísia tenta projetar imagem moderada. *Folha de São Paulo*, 22/10/2011

⁴⁸ Schwartsman, Hélio. Depois da primavera. *Folha de São Paulo*, 25/10/2011

⁴⁹ Greenhalgh, Laura. A praça é do povo. *O Estado de São Paulo*, 13/02/2011

É perceptível, portanto, que no espaço opinativo, o islamismo é apresentado de forma distinta do passado. Contudo a mudança não significa que os articulistas utilizem enquadramentos positivos em relação a religião. Substituíram o enquadramento usual de correlação entre islamismo e violência para um entre islamismo e antidemocracia.

5.6 Respostas da Comunidade Internacional

Um tópico quase tão importante quanto o islamismo foi a resposta da comunidade internacional. Como no caso das notícias, as ações americana, europeia e brasileira foram os principais subtemas do debate. Nesse tópico houve mais diversidade de opiniões e mudanças ao longo do ano. Isso decorre das diferentes atitudes dos países externos a região em relação a cada país, enquanto houve pressão política em relação ao Egito, houve intervenção na Líbia e bloqueio econômico na Síria. Cada uma das escolhas foi recebida com elogio e críticas, como veremos.

Importante ressaltar que em nenhum momento a política externa americana, principalmente da Era Bush, ou europeia foi elogiada. O único argumento favorável utilizado foi de que os Estados Unidos tiveram que escolher entre o pragmatismo, a manutenção dos aliados no poder, e valores, a democracia⁵⁰. Igor Gielow oferece visão parecida ao afirmar que “não interessa ao Ocidente que ditaduras ditas benignas que apoia sejam levadas de roldão. Já pensou se a massa resolve colocar no lugar dos ‘sinhôs’ algo parecido com o Hamas em Gaza? Isso sem contar extremismos inspirados pela Al Qaeda. Um pepino.”⁵¹

Embora haja o medo de que as consequências sem intervenção resultem em algo ruim para o Ocidente, Thomas Friedman oferece um argumento para explicar porque os árabes possivelmente não querem a intervenção internacional: “enviamos a mesma mensagem aos petro-ditadores: mantenham o petróleo fluindo, os preços baixos e não perturbem Israel e poderão tratar seu povo como quiserem”⁵².

Essa visão crítica da política externa norte-americana não impediu os colunistas de apontar os EUA como um ator político tão importante quanto os manifestantes e os

⁵⁰ Cantanhêde, Eliane. Revolução. Folha de São Paulo, 28/01/2011

⁵¹ Gielow, Igor. O Brasil e os árabes. *Folha de São Paulo*, 24/01/2011

⁵² Friedman, Thomas. Adeus, 'Geronimo' a vitória dos árabes moderados. *O Estado de São Paulo*, 05/05/2011

governos locais. Friedman afirma que “outra opção é o ingresso de uma potência externa - como fizeram os EUA no Iraque [...] - para arbitrar ou preparar a transição democrática”⁵³. Já Clóvis Rossi aponta os Estados Unidos como “o único [país] com condições de tentar conduzir o processo de transição”⁵⁴. Esse sentimento ocorre principalmente no caso do Egito, já que Mubarak foi aliado histórico dos Estados Unidos, recebendo desse país em média 1,5 bilhões de dólares de apoio anualmente.

Quando o assunto foi a Líbia, as ações de outros países foram consideradas, principalmente pela relação histórica entre os governos francês e italianos com Muammar Gaddafi. Novamente a atuação das potências ocidentais foi tratada com ceticismo, afinal “fica evidente que os direitos humanos podem servir, na política mundial, mais de pretexto do que valer por sua universalidade”⁵⁵.

Como é lembrado no mesmo editorial, o ditador líbio, que já foi chamado de “cachorro louco” por Ronald Reagan, transformou-se em aliado de países europeus devido às riquezas naturais do país. Logo, a rápida mudança de atitude de líderes europeus em abandonar o ditador resultou em questionamentos. O fato de que França e Itália já tinham planos para a reconstrução do país confirmou que os interesses econômicos continuavam imperativos nas escolhas políticas⁵⁶.

A ofensiva intervencionista, liderada pela Grã-Bretanha e França, foi a resposta escolhida pela comunidade internacional para a Guerra Civil da Líbia. Como ocorreu internacionalmente, os jornais brasileiros se dividiram entre elogios e críticas à medida. O Globo defendeu a necessidade da ação internacional como fator decisivo para a queda do governo líbio⁵⁷ e quando o Conselho de Segurança autorizou o uso de força e de “todos os meios necessários” o jornal classificou a ação como “legítima”⁵⁸. Também foi elogioso em relação à política externa conduzida por Barack Obama:

“Independentemente da controvérsia, desenrola-se na Líbia, como no campo diplomático, uma legítima operação lastreada no multilateralismo, com apoio efetivo até de uma nação árabe, o Qatar, e da própria liga regional. É a aplicação prática da doutrina que

⁵³ Friedman, Thomas. Está na hora da 'revolução' virar 'evolução'. *O Estado de São Paulo*, 14/04/2011

⁵⁴ Rossi, Clóvis. Lágrimas, muito além da praça. *Folha de São Paulo*, 05/02/2011

⁵⁵ Bahrein, Iêmen, Líbia. *Folha de São Paulo*, 23/03/2011

⁵⁶ Lapouge, Gilles. O petróleo da Líbia. *O Estado de São Paulo*, 03/09/2011

⁵⁷ Questão líbia não se esgota em Benghazi. *O Globo*, 17/03/2011

⁵⁸ Ação legítima contra Muamar Kadafi. *O Globo*, 19/03/2011

chegou à Casa Branca com Barack Obama, em substituição ao unilateralismo bushiano, causa de enormes problemas para o Estados Unidos e o Ocidente.”⁵⁹

A Folha de São Paulo tem posição oposta, já que considera que “o conflito na Líbia deve ser resolvido pelos líbios, a quem cabe traçar seu próprio destino”⁶⁰. O jornal declara em editorial que o princípio maior é a autodeterminação dos povos, concluindo que não há justificativa, no caso presente, para a violação da soberania e autodeterminação, lembrando que “o que move a política internacional ainda são questões geopolíticas e econômicas, como o fornecimento de petróleo”⁶¹. Meses após a intervenção ter ocorrido, o jornal voltou a opinar sobre o assunto devido a morte de Gaddafi, que possivelmente ocorreu durante um ataque da OTAN. A Folha considera que a ação “extrapolou o mandato concedido pela resolução 1.973 das Nações Unidas”.⁶²

O Estado de São Paulo se alia às críticas da Folha. Segundo o jornal, “como logo se viu, as incursões aéreas da Otan, extrapolando o mandato recebido, não visavam a conter Kadafi, mas a derrubá-lo”⁶³. Como o outro jornal paulista, o Estadão acredita que as razões econômicas estavam acima do desejo humanitário: “Os 'Amigos da Líbia' mostram-se bem mais amigos do petróleo que possam explorar no país”.⁶⁴

Se no caso líbio houve discordância, no caso sírio deu-se o oposto, principalmente na crítica a falta de ação da comunidade internacional. Diversas vezes se apontou os motivos para a falta de ação mais contundente, que fosse além do bloqueio econômico e das investigações⁶⁵. Entre os mais frequentemente elencados estão: importância da Síria na região onde se localiza Israel, e tradicional aliado da Rússia, China e Irã. Tais razões não impediram os editoriais e colunistas de exigirem maior intervenção internacional, frequentemente tomando como exemplo para comparação o caso da Líbia⁶⁶.

⁵⁹ Outra doutrina em teste na Líbia. *O Globo*, 22/03/2011

⁶⁰ Intervenção na Líbia. *Folha de São Paulo*, 02/03/2011

⁶¹ *Idem*.

⁶² O fim do ditador. *Folha de São Paulo*, 21/10/2011

⁶³ Assad se safá de sanções. *O Estado de São Paulo*, 08/10/2011

⁶⁴ Aos vencedores, os dinares. *O Estado de São Paulo*, 04/09/2011

⁶⁵ Lapouge, Gilles. Cada vez mais isolado, Assad ameaça o Ocidente, *O Estado de São Paulo*, 02/11/2011; Schwartzman, Hélio. Tortura existencial. *Folha de São Paulo*, 30/11/2011

⁶⁶ Magnoli, Demétrio. Valores e interesses. *O Globo*, 31/03/2011

A mídia brasileira também demonstrou grande interesse no posicionamento brasileiro em relação aos ditadores. No início das manifestações, a escolha do Itamaraty de recriminar Mubarak e condenar o Irã por violação dos direitos humanos rendeu elogios ao governo na mídia. Principalmente quando comparado à política externa do governo de Lula, a qual foi classificada como “companhãera” dos regimes ditatoriais da região: “A correção de rumos que Dilma Rousseff imprimiu à diplomacia brasileira é um diferencial positivo na comparação com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Espera-se que não subordine a cálculos geopolíticos, tão cedo, o compromisso com os direitos humanos”⁶⁷.

Dilma seria, portanto, a presidenta que retomou a política externa “profissional e pragmática”, diferente da dirigida por Lula, que seria “ideologizada”⁶⁸. O ex-presidente, criticado constantemente, chega a ser acusado por Magnoli de ter “uma ponta de inveja pelo estatuto de um líder não embaraçado por qualquer limite institucional”⁶⁹.

A mudança de postura ocorreu quando o governo decidiu não votar a favor das medidas estadunidenses e europeias nos casos líbio e sírio no Conselho de Segurança. Enquanto a Folha elogia o posicionamento brasileiro⁷⁰, já que considera violação de soberania, os outros jornais criticaram a diplomacia brasileira nos dois casos. A escolha governamental de reafirmar a soberania e questionar os interesses externos na região foi encarada com ceticismo. Os jornais concluíram que havia, na realidade, preferência em agradar aliados da agenda de contraposição ao poder predominante dos países do Norte.⁷¹

Quando uma comissão do BRICS, convidada por Assad, visitou e assinou um relatório em concordância com a versão sobre o estado do país sírio, Magnoli afirma que “a assinatura brasileira converte Antônio Patriota [Ministro das Relações Exteriores] em cúmplice de um Estado policial que se dedica à matança de sua população”⁷². O Globo retirou os elogios anteriores e afirmou que “não resistiu muito tempo a reciclagem da

⁶⁷ O Brasil e a Síria. *Folha de São Paulo*, 02/08/2011

⁶⁸ O caso líbio e a América Latina. *O Globo*, 05/03/2011

⁶⁹ Magnoli, Demétrio. Na tenda de Kadafi. *O Globo*, 03/03/2011

⁷⁰ O Brasil e a Primavera. *Folha de São Paulo*, 23/08/2011

⁷¹ A chacina do Ramadã. *O Estado de São Paulo*, 02/08/2011

⁷² Magnoli, Demétrio. Dilma, ele assina em teu nome. *O Globo*, 18/08/2011

política externa sob o comando de Dilma Rousseff. E o Brasil voltou a ficar do lado errado, o de ditaduras violentas, genocidas”⁷³.

Os elogios a Dilma ocorreram quando se criou a expectativa de que ela se afastaria das práticas de Lula, que supostamente eram baseadas em um “antiamericanismo juvenil, importado do passado”⁷⁴. O enquadramento utilizado é negativo, afinal na PEB atual a ideologia petista importaria mais que direitos humanos, que se transformaram em moeda de troca. Enquanto no governo Lula, isso seria representado pelos acordos com Irã e Cuba, no caso de Dilma as evidências foram a abstenção no apoio a medidas contra Líbia e Síria.

5.7 Percepção dos árabes sobre si mesmos

Os colunistas e editoriais focaram as causas e consequências políticas das manifestações. Contudo, houve também espaço para a reflexão sobre como elas alterariam a percepção que os árabes têm de sua sociedade. Friedman defende que esse aspecto seria até mais importante: “Como já tentei argumentar, sublevação, na sua origem, não é política. É existencial. É muito mais Albert Camus do que Che Guevara. Todos esses regimes árabes, em maior ou menor grau, despojaram seus povos de sua dignidade básica. Eles os privaram de liberdade e nunca lhes permitiram desenvolver minimamente seu pleno potencial.”⁷⁵

O movimento representaria o fim da cultura de vitimização, que seria substituída por “outra de autodeterminação, de uma cultura da conspiração para outra de construção. É um longo caminho da ira à responsabilidade, da humilhação à ação”⁷⁶. A vitimização apontada derivaria do sentimento de injustiça em relação a países externos, principalmente EUA e Israel. A grandiosidade das manifestações seria produto da percepção da falsidade dessa prática:

“Durante décadas, porém, os líderes árabes eram muito adeptos de recolher toda essa raiva fermentando e redirecioná-la para os Estados Unidos e Israel. Sim, o comportamento particular de Israel

⁷³ Brasil recai na ‘diplomacia companheira’. *O Globo*, 20/08/2011

⁷⁴ O destino de aliados do Itamaraty. *O Globo*, 01/12/2011

⁷⁵ Friedman, Thomas. ‘Eu sou um homem’. *O Estado de São Paulo*, 19/05/2011

⁷⁶ Cohen, Roger. Os árabes e o fim da vitimização. *O Estado de São Paulo*, 03/02/2011

às vezes alimentou o senso de humilhação e impotência árabe, mas não foi sua causa principal. Pouco importa. Enquanto os autocratas chineses diziam a seu povo, ‘Tiraremos a sua liberdade e, em troca, lhe daremos educação e nível de vida crescentes’, os autocratas árabes diziam: ‘Tiraremos sua liberdade e lhe daremos o conflito árabe-israelense.’”⁷⁷

Friedman e Magnoli defendem, então, que o conflito israelita-árabe seria então uma “distração”⁷⁸ do empobrecimento regional e “da cabeça dos árabes”. Esse é um enquadramento interessante, já que tira a responsabilidade dos países externos à região sobre sua condição social e política, mesmo após a admissão do apoio de democracias ocidentais a ditadores. Dessa forma, a solução sempre esteve à disposição da população e a Primavera representaria a escolha pela mudança.

Os árabes, aliás, foram frequentemente colocados pelos colonistas como opositores aos ocidentais, utilizando de tal forma a divisão entre Ocidente e Oriente como demarcação. Igualmente se utilizaram de “nós” e “eles” para marcar a diferença. O único autor a tentar desconstruir tal imagem é Magnoli ao expressar “‘eles’ são, no fim das contas, iguais a ‘nós’”⁷⁹ ao desejarem liberdade e direitos básicos. Mas ao fazer isso, o publicista acaba por reduzir os árabes a uma autorrepresentação genérica do Ocidente, negando-lhes assim qualquer especificidade.

5.8 Mulheres

A temática sobre a participação feminina nas manifestações e o seu papel geral na sociedade árabe não foi tão difundida como as outras apontadas anteriormente aqui: democracia e islamismo. Todavia, o questionamento sobre a possibilidade da libertação dos países resultar igualmente ou não na liberdade feminina foi levantado por algumas colonistas.

Monica Marks aborda a participação de mulheres no partido islâmico tunisiano, Ennahda. Feministas seculares defendem que tais mulheres seriam agentes involuntárias

⁷⁷ Friedman, Thomas. Adeus, 'Geronimo': a vitória dos árabes moderados, *O Estado de São Paulo*, 05/05/2011

⁷⁸ Friedman, Thomas. 'Eu sou um homem'. *O Estado de São Paulo*, 19/05/2011

⁷⁹ Magnoli, Demétrio. Igual a nós. *O Estado de São Paulo*, 03/02/2011

da própria submissão. Em resposta, as feministas islâmicas defendem que é possível combinar as duas causas, islamismo e feminismo. Por exemplo, o grande número de mulheres dentro do partido garantiu a defesa da lei de paridade de gênero no Parlamento.

A autora conclui que o motivo que leva essas mulheres à política é o mesmo que ocorre em tantos outros países: “Após entrevistar 46 mulheres ativistas e candidatas do Ennahda, descobri que muitas se voltaram para a política após experimentar discriminação no emprego, detenções ou anos de prisão. Para algumas, essa eleição tem a ver tanto com a liberdade religiosa quanto com qualquer outra coisa”⁸⁰.

Luiza Nagib Eluf defende uma visão contrária ao afirmar que não é possível ter democracia com burca. Ela afirma que aqueles que defendem o papel atual da mulher na sociedade árabe se utilizam do argumento de tradição cultural, quando na realidade os direitos humanos são universais. Por fim, ela afirma que não há como as mulheres serem felizes nas condições atuais, logo a real democracia só ocorrerá quando o islamismo não for tão influente como atualmente.⁸¹ A autora libanesa Joumana Haddad concorda com Eluf sobre a posição desprivilegiada das mulheres na sociedade ao afirmar que “quando acabaram os protestos, elas sumiram. Foram usadas como peças de xadrez e o pior é que aceitaram isso”⁸².

Duas ocorrências específicas chamaram atenção dos jornais. A primeira foi o protesto, na Arábia Saudita, pelo direito de dirigir, que lá é negado as mulheres. Embora não tenha relação com as manifestações democráticas nos outros países, os jornais relacionaram o episódio à luta por mais direitos.⁸³ O outro fato foi a premiação do Nobel da Paz, concedido a três líderes regionais, entre elas a iemenita Tawakkul Karman. Tal prêmio seria “uma crítica indireta à repressão sofrida por mulheres em países da África e Oriente Médio, o Comitê Nobel lembrou que a democracia e a paz não podem ser alcançadas sem que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades”⁸⁴.

⁸⁰ Marks, Monica. A nova onda feminista do Islã. *O Estado de São Paulo*, 01/11/2011

⁸¹ Eluf, Luiza Nagib. Não há democracia com burca. *Folha de São Paulo*, 27/03/2011

⁸² Rodrigues, Maria Fernanda. Joumana. Luta pela liberdade. *O Estado de São Paulo*, 14/11/2011

⁸³ Sauditas protestam para ter o direito de dirigir sozinhas. *Folha de São Paulo*, 18/06/2011

⁸⁴ Raatz, Luiz. Com tríplice premiação, Nobel destaca luta de mulheres africanas e árabes. *O Estado de São Paulo*, 08/10/2011

A participação feminina nos protestos foi fundamental, muitas vezes até na liderança dos movimentos. Porém a sua atuação não foi assunto corrente, tendo sido mantida em segundo plano. A visão heterogênea, nos jornais, sobre o significado das mudanças para a condição das mulheres demonstra como o papel feminino está em debate na sociedade constante.

5.9 Considerações preliminares

Como buscamos demonstrar, a cobertura sobre a Primavera Árabe teve diversas nuances e discordâncias. De qualquer forma, foi possível reconhecer alguns enquadramentos utilizados recorrentemente, como o do islamismo antidemocrático e a política externa brasileira negativa.

Tais padrões demonstram que a mídia brasileira complexificou a sua cobertura, demonstrando menor padronização e menos notícias negativas do que anteriormente (Araújo, 2013; Castro, 2007; Dorneles, 2003; Farias, 2012). Isso, porém, não significa que não haja traços de orientalismo, como por exemplo em frases como “[no] mundo árabe, no qual o autoritarismo é a regra”⁸⁵ ou “região em que a derrubada de um regime por meio de uma revolta popular é fato tão raro quanto eleições limpas”⁸⁶. Independente da história da região, os textos reafirmam a visão de que a democracia não é algo a se esperar de países árabes.

Como identificamos em estudos anteriores, após 11 de setembro de 2001, a mídia em geral melhorou a cobertura sobre o Oriente Médio e os muçulmanos, devido ao maior interesse em conhecer e estudar a região (Baker *et al*, 2013; Akbarzadeh e Smith, 2005). Quando comparamos os resultados de trabalhos anteriores sobre a imprensa brasileira percebemos o avanço na cobertura realizada, porém é igualmente perceptível que ainda se repetem imagens estereotipadas e preconceituosas acerca dessa região, de seu povo e de seus costumes.

⁸⁵ As dores da África. *O Globo*, 15/01/2011

⁸⁶ Revolução de Jasmim. *Folha de São Paulo*, 18/01/2011

6 – Considerações finais

A motivação inicial desta pesquisa foi o questionamento sobre como a mídia brasileira apresenta notícias internacionais a respeito de uma região desconhecida pela maioria da população. O Levante Árabe nos ofereceu ótima oportunidade de pesquisa por ser um evento de grandes dimensões e complexidade única. Acompanhamos então o desenvolvimento da cobertura e suas estratégias. Percebemos que o clima de euforia e esperança foi logo substituído por alertas e precaução. O debate sobre democracia foi substituído pela cobertura da repressão, da violência e da influência religiosa. As guerras na Líbia e na Síria foram eventos de grande magnitude, portanto, mereceram a atenção dada. Porém, como justificar a menor visibilidade atribuída às eleições democráticas no Egito e na Tunísia? Essas escolhas por parte da mídia nos interessam.

Antes de nos debruçarmos sobre o corpus de textos midiáticos, procuramos por uma teoria que nos pudesse auxiliar a melhor compreender esse fenômeno. Como escolhemos a análise da cobertura de jornais originários do Brasil – portanto, de um país que se imagina ocidental – sobre países orientais, a discussão teórica sobre Orientalismo nos pareceu a mais apropriada. Embora o conceito atualmente seja associado exclusivamente a Edward Said, achamos fundamental compreender o desenvolvimento do termo, por isso analisamos também os estudos de Bernard Lewis.

Lewis, considerado o maior historiador ocidental do Oriente Médio e do Islã (Boyd, 1999), apresenta sua visão sobre a região através de diversos trabalhos publicados nas últimas sete décadas. Em sua concepção, sua produção não é influenciada por sua localização como historiador britânico e judeu. Essa talvez seja sua maior discordância de Said, já que Lewis considera possível realizar um estudo sobre a região de forma imparcial e apolítica. O Orientalismo, para Lewis, é somente uma área acadêmica que engloba qualquer estudo sobre o Oriente.

Visão claramente distinta é esposada por Edward Said, que arranca o conceito de Orientalismo do seu significado original para utilizá-lo como demonstrativo da ação subjugadora do Ocidente sobre o Oriente. O Orientalismo, então, seria uma ferramenta utilizada com o objetivo de controlar, silenciar e dominar. O conceito abordaria as ações culturais, políticas e econômicas, que garantiriam a dominação dos países ocidentais sobre o chamado Oriente.

Said define o Orientalismo de diversas formas, entre elas estão: “estilo de pensamento” (Idem, pag. 14), “discurso” (Idem, pag. 15), “instituição” (Idem, pag. 19), “projeção ocidental sobre o Oriente e vontade de governá-lo”, (Idem, pag. 104), “sistema de representações” (Idem, pag. 209), “sistema de verdade” (Idem, pag. 210).

O Orientalismo, então, permite que o Ocidente crie e propague imagens do Oriente que são benéficas apenas ao seu emissor, já que constroem o outro, oriental, como projeção negativa e inferior ao Eu ocidental. A divisão entre “nós” e “eles” é traçada em uma linha imaginária a partir da distância entre Europa e Ásia-Oriente Médio. Do lado europeu, há ciência, racionalidade, desenvolvimento, enquanto no outro há atraso, subdesenvolvimento e barbárie. Essas representações surgem da luta de poder, onde a definição é feita pelos “vencedores”. Importante apontar igualmente que não é possível para os definidos disputarem as definições, as quais são apresentadas pelos vencedores como se fossem verdades absolutas.

Por escolher o Orientalismo como conceito central do estudo, abrimos caminho para um debate que ocorre em diferentes esferas analíticas. Said escolheu analisá-lo por meio da literatura e de artigos científicos. Sua concepção original, porém, foi expandida para abarcar outras formas de análise, entre elas a mídia. A interpretação de Orientalismo de Said foi citada como peça central em os trabalhos que analisam o jornalismo, o que demonstra sua importância para o debate.

A revisão desses trabalhos nos levou a algumas conclusões, as quais precisam ser lembradas. Resultados em diferentes escalas foram encontrados, afinal os estudos variaram não só de países como também de período histórico. Enquanto alguns dos estudos demonstraram maior equilíbrio nas notícias (Baker et al, 2013; Akbarzadeh e Smith, 2005; Karim, 2013), outros apontaram para a utilização recorrente de enquadramentos negativos no que tange aos árabes e muçulmanos (Dunn, 2006; Awass, 1996; Poole, 2002; Philo e Berry, 2004; Isakhan, 2010; Moore et al, 2008).

Há dois pontos fundamentais. Primeiro, a cobertura após o Ataque de 11 de Setembro de 2001 apresenta maior cuidado, não recorrendo aos estereótipos negativos tão frequentemente quanto aquela feita no período anterior (Baker et al, 2013; Akbarzadeh e Smith, 2005). A justificativa é de que o maior interesse e interação com a região permitiu o conhecimento da população, de seus usos e costumes. Segundo, como apontado por Said em Orientalismo, a utilização do imaginário de dois grupos, nós

“Ocidente” e eles “Oriente”, foi reafirmada em todos os trabalhos analisados. Isso nos interessa como introdução à questão de como os jornais brasileiros observam o Oriente Médio e sua relação com o nosso país.

Voltamo-nos, então, à produção acadêmica brasileira. Os diferentes trabalhos apresentaram resultados parecidos. Eles demonstraram um padrão que reafirma o estereótipo negativo sobre árabes e muçulmanos. Independentemente da temática determinada, os enquadramentos mais utilizados foram *extremismo religioso* e *terrorismo*. Isso aponta para a participação da mídia brasileira na reafirmação da imagem negativa dos árabes realizada pelas imprensas ocidentais.

Escolhemos complementar a análise sobre o comportamento midiático do período anterior à chamada Primavera Árabe com a análise das colunas publicadas nos três jornais, em 2010, sobre os seis países principais do Levante. Ao todo 28 colunas foram publicadas, número consideravelmente menor que os 428 do ano seguinte. Nestas 28 colunas, 22 tratavam das Relações Internacionais; o terrorismo apareceu em 12 e o islamismo em quatro. O assunto mais relevante foram as medidas americanas e europeias para combater os “extremistas islâmicos” no Iêmen, após um grupo, localizado no país, ter tentado promover um ataque terrorista contra um avião americano. As duas temáticas centrais, ao longo do ano, foram o terrorismo e a resposta internacional a ele. Tal postura é representativa do interesse do jornalismo brasileiro sobre o Oriente Médio.

Com essas informações, foi possível analisar o corpus de notícias sobre a Primavera Árabe em 2011. A análise inicial focou os dados quantitativos, o que nos ofereceu algumas informações básicas sobre como a temática foi abordada ao longo do ano. Os números não nos deram respostas conclusivas sobre o comportamento da mídia no que se refere ao Oriente, porém nos indicaram as prioridades dos jornais e nos direcionaram na análise qualitativa. Esses resultados foram importantes principalmente quando consideramos o número total de matérias, 2.845, e a dificuldade que tínhamos enfrentado para analisa-las todas em profundidade caso não tivéssemos efetuado tal seleção com base nos dados quantitativos.

Não retomaremos todos os resultados encontrados, mas sim os que consideramos principais, que são os temas e as menções aos países participantes e não participantes. No caso das temáticas, os números totais nos indicam os interesses jornalísticos, como

no caso dos códigos Violência (1065 menções), Relações Internacionais (955) e Mudanças Políticas (507). Embora os jornais tenham focado as mudanças que ocorreram politicamente, é inegável que o interesse maior seja pelos casos de violência e a resposta da comunidade internacional.

Outro dado que nos interessou foi o baixo número de notícias sobre Islamismo (133) e a escassez de textos sobre terrorismo – o número foi tão baixo que o tema acabou relegado ao código Outros. Quando comparamos esses dados com os estudos anteriores e com os dados sobre as colunas de 2010, percebemos que o comportamento midiático apresenta mudanças. A questão é se a diferença nos temas abordados foi acompanhada por mudanças substanciais nas representações propostas. Para investigar essa hipótese, analisamos os dados qualitativamente.

A partir da teoria, dos estudos prévios e de nossa base, buscamos perceber como certas temáticas foram abordadas. Foram elas: democracia, islamismo, mulheres, percepção dos árabes sobre si mesmos, razões para as manifestações e resposta da comunidade internacional. Relembramos os principais enquadramentos utilizados em cada uma das temáticas visando classificá-los como orientalistas ou não.

A democracia foi uma das temáticas mais abordadas. É muito relevante, portanto, perceber os enquadramentos utilizados. Os quadros mais usados abordaram a origem do conceito, que foi apresentado com caráter universal ou ocidental. O enquadramento universal interpreta a história de uma forma linear onde a democratização seria o caminho natural de todos os países. Já quando a democracia é vista como fruto da cultura ocidental, há uma percepção evolutiva do processo histórico mundial, no qual a Europa e os Estados Unidos são os protagonistas. Embora haja diversos debates sobre o significado e a prática da democracia, sua hegemonia no mundo de hoje é inegável. Logo, quando os textos afirmam que, ao tornar seus regimes políticos mais democráticos, os países do oriente estariam seguindo o caminho ocidental, eles estão ratificando a oposição entre os supostos dois lados. Lembremos que, quando a “disputa” de narrativa se dava entre Ocidente e União Soviética, a democracia foi o marco usado para sinalizar a derrota da “filosofia do Outro”, o comunismo, frente à ocidental. Portanto, é possível apontar o Orientalismo nesse enquadramento, já que ele indica que o Oriente Médio estaria “evoluindo” para um nível mais próximo ao ocidental quando a população protesta por democracia.

Os enquadramentos orientalistas são mais claramente identificados na cobertura sobre o islamismo. Embora o enquadramento que correlaciona o Islã e a violência não tenha sido utilizado, a religião continua sendo representada de forma negativa. Esse quadro foi substituído pela ligação do Islã com a antidemocracia, apontada constantemente no perigo que seria a existência de partidos islâmicos, principalmente porque estes teriam grande chance de vitória e assim poderiam implementar o regime que desejassem. Há poucas matérias com visão diferente, ou seja, com enquadramento positivo, segundo as quais o Islã poderia conviver com a democracia; ele foi utilizado apenas por políticos islâmicos e pelo teólogo Emilio Platti. É inegável que a visão predominante é de que o islamismo é um perigo para a democracia, entendida como possível somente em sua versão secular ocidental.

O pouco espaço dado à questão feminina resultou no uso de somente dois enquadramentos. O positivo aponta para a alta participação feminina nos protestos: as mulheres são retratadas como participantes fundamentais, muitas vezes liderando o movimento. No lado oposto, está a visão mais tradicional, que defende que as mulheres não têm liberdade na sociedade, que estão subjugadas pelos homens e pela religião, e que esta situação não se alteraria mesmo com a mudança de governo. Nas matérias publicadas, as duas abordagens foram abordadas de maneira equânime. A escolha editorial de não dar maior destaque à participação feminina, seja nas posições de liderança ou na massa de manifestantes, representou a perda de uma oportunidade de fuga ou negação do estereótipo da mulher árabe submissa.

A discussão sobre como os protestos podem ter influenciado a percepção dos árabes sobre si mesmos é importante por se basear, na realidade, em como os colunistas percebem essa influência. Tal temática, embora aparente ser positiva ao afirmar que o povo árabe esteja “melhorando” suas condições de vida, é eivada de orientalismo. Ela se baseia na ideia de que o que impedia os árabes de conquistarem o governo que desejavam era sua própria incapacidade de melhorar, por preferirem culpar motivos externos e escolherem se colocar mais como vítimas do que como atores de mudanças. Tal percepção é orientalista ao ignorar a história político-econômica da região e afirmar que a rejeição a certos países, por parte dos árabes, é simplesmente jogo de culpa.

Quando a discussão se voltou para as razões das manifestações, dois enquadramentos foram encontrados, o socioeconômico e o de princípios. O primeiro focou motivos materiais, como o desemprego, enquanto o segundo tratou das razões morais, como o

desejo pela democracia. Os dois quadros não se opõem, tanto que foram utilizados em conjunto em diferentes matérias, mas há uma prevalência da justificativa econômica, principalmente pela perda de espaço do debate democrático após a repressão estatal violenta. Esta foi a única temática que não apresentou enquadramentos orientalistas, porém o enquadramento sobre razões morais apareceu acompanhado pela temática da democracia, que como demonstramos, na maioria das vezes teve caráter orientalista.

Os debates sobre as respostas da comunidade internacional proporcionaram maior espaço para opiniões divergentes, especialmente as avaliações sobre as escolhas mais intervencionistas, como o bombardeio na Líbia realizado pela OTAN. Embora o foco seja a política dos países não árabes, o traço orientalista é evidente justamente pela centralidade das opiniões de líderes europeus e norte-americanos sobre o que estava ocorrendo no oriente e quais seriam suas ações a partir disso. Em nenhum momento se questiona se tais países têm dever ou direito de participarem da política interna dos países árabes. No caso dos EUA, especialmente, se espera uma atitude do país mesmo quando relembram que boa parte de suas ações na região tiveram consequências negativas, como a Guerra do Iraque. Pelo contrário, parece até que o país teria responsabilidade sobre os acontecimentos internos de outras nações.

Retomamos às conclusões sobre cada uma das principais temáticas para verificarmos se os principais enquadramentos utilizados foram orientalistas ou não. Como apontamos, na maioria das vezes a resposta foi positiva: o Orientalismo ocorreu por meio da repetição de imagens genéricas e pejorativas acerca do povo árabe. Quando comparada às coberturas realizadas no passado, que foram revisitadas nos estudos acadêmicos de períodos anteriores, é possível perceber mudanças. Os enquadramentos negativos utilizados no passado, como *terrorismo extremista*, deram lugares a outros mais sutis, como *islamismo antidemocrático*. Embora a mídia, em comparação com o passado, tenha passado a utilizar enquadramentos mais diversos e menos estereotipados, continua a ter comportamento orientalista ao apresentar a região de forma constantemente pejorativa.

O questionamento seguinte é se esse foi um evento que alterou a cobertura midiática momentaneamente ou se esta continuará diferenciada. Talvez o ataque às Torres Gêmeas, em 2001, seja um evento de igual relevância, oferecendo possíveis indicações do comportamento midiático. Castro (2007), ao analisar a cobertura anterior e posterior ao evento, indicou que a cobertura já era orientalista, tendo somente realçado

enquadramentos negativos, como o terrorismo, e diminuído casos de violência contra os árabes. Esta conclusão aliada a dados posteriores que indicam a contínua relevância do terrorismo como tópico principal sobre o Oriente Médio, é indicativa de que o comportamento usual da mídia é orientalista. Não é possível afirmar com certeza, sem estudos posteriores, se a Primavera Árabe representará uma mudança da prática jornalística brasileira, porém alguns pontos nos fazem acreditar que não. Em primeiro lugar, a linha temporal das temáticas demonstra como a violência continua sendo o tópico de principal interesse; a alteração identificada é que o terrorismo passou a ser encarado como estatal. Em segundo, embora os enquadramentos orientalistas sejam mais sutis, eles continuam sendo estereotipados. O que defendemos é que enquanto o ataque de 11 de setembro resultou em cobertura mais orientalista, a Primavera Árabe suavizou um pouco este caráter. Os eventos, portanto, alteraram a intensidade do discurso, porém a mensagem continuou a adotar a mesma perspectiva: orientalista.

7 – Referências

Ahmed, Leila. 'Women and Gender in Islam, Historical Roots of a Modern Debate, New Haven: Yale University Press, 1992

Akbarzadeh, Shahram e Smith, Bianca. The Representation of Islam and Muslims in the Media (The Age and Herald Sun Newspapers). Melbourne: Monash University, 2005

Araújo, Luiz Antônio. Paisagens Obsessivas: O discurso Orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013^a

_____. Jornalismo e Orientalismo: o Islã como “coisa-a-saber”. Rizoma, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 63, dezembro, 2013b

Assis, Machado de. Obra completa. Tomo 3. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997

Awass, Omar. 'The representation of Islam in the American media'. Hamdard Islamicus 19: 87–102, 1996.

Baker, Paul; Gabrielatos, Costas e McEnery, Tony. Discourse Analysis and Media Attitudes: The Representation of Islam in the British Press. Cambridge University Press, 2013

Castro, Isabelle Christine Somma de. Orientalismo na imprensa brasileira: a representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001 / Isabelle Christine Somma de Castro; orientador Mamede Mustafa Jarouche. – São Paulo, 2007

Chowdhry, Geeta e Nair, Sheila. Power, postcolonialism and international relations: reading race, gender and class. Routledge, 2002

Cinni, Dante. Why Newspapers Matter. MIT Communications Forum, 05/10/2006
<Disponível em: http://web.mit.edu/comm-forum/forums/newspapers_matter.html>
Acesso em: 28/04/2015

Couto, Marcos. Representações do Oriente em O Mundo Português (1934-1947). Dissertação de Mestrado na Faculdade do Porto da Universidade do Porto, 2011

Devran, Yusuf. The Portrayal of Turkey in the British Media: Orientalism Resurfaced. *Insight Turkey*, vol. 9, number 4, 2007

Dorneles, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo, Globo, 2003.

Dunn, Kevin. 'Representations of Islam in the politics of mosque development in Sydney'. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 92: 291–308, 2006

Farias, Felipe Vagner Silva. *O Orientalismo Revisitado- a cobertura da Veja ao islamismo e ao mundo árabe no pós-11 de setembro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal Fluminense, 2012

Gilliam, Franklin, Jr. and Shanto Iyengar. 2000. "Prime Suspects: The Influence of Local Television News on the Viewing Public." *American Journal of Political Science* 44(3): 560-573

Grant, Ben. *Postcolonialism, Psychoanalysis and Burton: Power Play of Empire*. New York: Routledge, 2009.

Hiddleston, Jane. *Understanding Postcolonialism*. Stocksfield: Acumen, 2009.

Huntington, Samuel. "The Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs*, Verão de 1993
<Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations>> Acesso: 20/09/2014

Isakhan, Benjamin. *Orientalism and the Australian news media: origins and questions, in Islam and the Australian news media*, Melbourne University Press, Melbourne, Vic., pp.3-25, 2010

Karim, Karim H. *Islamic Peril: Media and Global Violence*. Montréal: Black Rose, 2003

Karni, Annie. "Group Formed To Improve Middle East Scholarship", *New York Sun*, 08/11/2007

Khouri, Rami. Drop the orientalismo term 'Arab Spring'. *Daily Star*. <Disponível em: <http://www.dailystar.com.lb/Opinion/Columnist/2011/Aug-17/146410-drop-the-orientalist-term-arab-spring.ashx>> Acesso em: 22/02/2015

Krishna, Sankaran. Globalization and postcolonialism: hegemony and resistance in the twenty-first century. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

Jacobs, Jane. Edge of Empire: Postcolonialism and the city. London: Routledge, 1996

Lewis, Bernard. Freedom and Justice in the Modern Middle East. Foreign Affairs. May/June 2005 <Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/60796/bernard-lewis/freedom-and-justice-in-the-modern-middle-east>>. Acesso em: 19/09/2014

_____. "I'm Right, You're Wrong, Go To Hell", The Atlantic, 01/05/2003 <Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2003/05/-im-right-youre-wrong-go-to-hell/302723/>> Acesso: 18/09/2014

_____. Islam and Liberal Democracy. The Atlantic, 01/03/1993 <Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1993/02/islam-and-liberal-democracy/376356/>> Acesso: 19/09/2014

_____. Islam and the West. London: Oxford University Press, 1993

_____. The Question of Orientalism. The New York Review of Books, 24/06/1982 <Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/1982/jun/24/the-question-of-orientalism/?pagination=false>> Acesso em: 05/11/2014

_____. The Roots of Muslim Rage. The Atlantic, 01/09/1990. <Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1990/09/the-roots-of-muslim-rage/304643/>> Acesso em: 19/09/2014

_____. What went wrong?: Western impact and Middle Eastern. Oxford University Press, 2002a

_____. What went wrong?, The Atlantic, 01/01/2002b <Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2002/01/what-went-wrong/302387/>> Acesso em: 18/09/2014

Loomba, Ania. Colonialism/Postcolonialism. London: Routledge, 1998

Majid, Anouar. The Ways of the Nassara. IN Orientalism's Wake: The Ongoing Politics of a Polemic, Washington: The Middle East Institute, No. 12, 2009

Montenegro, Silvia. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. In: *Mana: Estudo de Antropologia Social*, Vol. 8, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002

Moore, Kerry; Mason, Paul e Lewis, Justin. *Images of Islam in the UK: The Representation of British Muslims in the National Print News Media 2000–2008*. Cardiff School of Journalism, Media and Cultural Studies, 2008

Moura e Silva, João e Silveira, Ada. O orientalismo no discurso da mídia: a cobertura da Folha de São Paulo durante a Revolução Egípcia de 2011. *Cultura Midiática*, Ano V, n. 09 – jul-dez/2012

Philo, Greg e Berry, Mike. *Bad News from Israel*. London: Pluto Press, 2004

Poole, Elizabeth. *Reporting Islam: Media Presentations of British Muslims*. London.: I. B. Tauris, 2002

Porter, Dennis. Orientalism and Its Problems in: Williams, Patrick and Chrisman, Laura eds. "Colonial Discourse and Post-Colonial Theory,": 150-161, 1993

Resende, Fernando e Paes, Ana Beatriz. The Arab conflicts and the media discourse: a Brazilian perspective. *Global Media and Communication*, 7: 215, 2011

Said, Edward. *Covering Islam: How The Media And The Experts Determine How We See The Rest Of The World*. Vintage, 1997

_____. *Fora do lugar*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____. Islam Through Western Eyes, *The Nation*, 1980 <Disponível em: <http://www.thenation.com/article/islam-through-western-eyes>> Acesso: 05/11/2014

_____. *Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990

_____. Orientalism Reconsidered. *Cultural Critique*, No. 1, pp. 89-107, 1985

Said, Edward e Grabar, Oleg. Orientalism: An Exchange. *The New York Review of Books*, 12/08/1982. <Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/1982/aug/12/orientalism-an-exchange/>>

Acesso: 05/11/2014

Vaughan, Megan. 'Colonial Discourse Theory and African History, or has Postmodernism Passed by us?' in *Social Dynamics* 20 (2): pp.1-23, 1994